

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIV - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 234

Brasília, quinta-feira, 23 de outubro de 2025

Sumário

Seção 3

Ata Circunstanciada da 89ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 90ª Sessão Ordinária.....	23
Ata Circunstanciada da 91ª Sessão Ordinária.....	57
Ata Circunstanciada da 25ª Sessão Extraordinária...	59



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Primeiro Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Segunda Vice-Presidente: Deputada Paula Belmonte

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa

Quarto Secretário: Deputado Robério Negreiros - **Suplente:** Deputado Jorge Vianna

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Iolando Vice-Presidente: Paula Belmonte Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	Martins Machado Roosevelt Jorge Vianna Pepa Fábio Felix
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Rogério Morro da Cruz Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Dayse Amarílio	Robério Negreiros Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Doutora Jane Vice-Presidente: Dayse Amarílio Paula Belmonte Jaqueline Silva Pastor Daniel de Castro	Joaquim Roriz Neto Fábio Felix Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE SAÚDE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Hermeto Joaquim Roriz Neto	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Jorge Vianna Martins Machado Gabriel Magno Pastor Daniel de Castro	Max Maciel Robério Negreiros Roosevelt Chico Vigilante Thiago Manzoni
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Ricardo Vale Thiago Manzoni Jorge Vianna Pastor Daniel de Castro	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Rogério Morro da Cruz	Presidente: Hermeto Vice-Presidente: João Cardoso Thiago Manzoni Gabriel Magno Fábio Felix	Iolando Pepa Roosevelt Chico Vigilante Max Maciel
COMISSÃO DE SEGURANÇA			
Titulares	Suplentes		
Presidente: João Cardoso Vice-Presidente: Doutora Jane Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni Ricardo Vale Jaqueline Silva		

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix

Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa

Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Paula Belmonte

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Dayse Amarílio e Deputada Jaqueline Silva

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

DCL normatizado conforme Resolução Nº 279, de 2016

Atualizado em 8/1/2025, em conformidade com os ATOS DO PRESIDENTE Nº 420, 421 e 601, DE 2024 e ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 2025.

Seção 3

Ata Circunstanciada da 89ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
89ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 17H43

TÉRMINO ÀS 19H08

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Convido o deputado Roosevelt a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, solicito a recomposição de quórum.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Defiro a solicitação de vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, conforme acordado no Colégio de Líderes, haverá comunicado de líderes.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – O acordo é para que haja comunicado de líderes e, em seguida, iniciarmos a ordem do dia.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Senhor presidente, demais colegas parlamentares, antes de mais nada, quero parabenizar o nosso campeão Caio Sena. A deputada Doutora Jane fez um discurso muito bonito e quero parabenizá-la pela homenagem. Parabéns, deputada Doutora Jane, pelo trabalho que realiza em Sobradinho e por reconhecer atletas como o Caio Sena.

Hoje, venho com uma nota de pesar, solidarizando-me com 2 famílias da Polícia Penal do Distrito Federal. O policial penal Henrique André Venturini foi assassinado ontem, aparentemente em um caso envolvendo um adolescente de 15 anos, outro de 16 e um rapaz de 18 anos. No momento,

ele trabalhava como motorista de aplicativo para complementar sua renda, quando foi abordado e acabou perdendo a vida. Quero me solidarizar com a família do policial penal Henrique André Venturini e também com a do policial penal Osvaldo Melo de Oliveira, que também faleceu ontem e era muito querido pela corporação. Sabemos que, quando uma pessoa da Polícia Penal falece, todos sentem. Deixo aqui minha solidariedade a todos os policiais penais do Distrito Federal que perderam um ente querido.

Gostaria de fazer uma breve reflexão. Hoje, pela manhã, ao ler sobre o caso do policial Henrique André Venturini, algo me chamou atenção: a pessoa que cometeu esse ato de esfaqueamento havia sido presa 15 dias antes e já estava solta – um jovem de 18 anos. Fico muito preocupado com o que a impunidade está fazendo com nossos jovens.

Trouxe uma matéria, publicada há cerca de 1 mês, que me chocou e chamou a atenção do Brasil inteiro, e gostaria que todos os deputados prestassem atenção. Um jovem com 86 passagens pela polícia foi solto pela sétima vez – após ter sido preso 7 vezes, com apenas 21 anos. A justiça precisa cumprir seu papel. Não podemos permitir que essas situações se tornem corriqueiras e normais. Não podemos aceitar que vidas sejam ceifadas dessa forma, de maneira banal, por ganância.

Deixo aqui minha solidariedade aos policiais penais e também este recado. Eu acredito que nós precisamos trabalhar muito para que a justiça do nosso país, de fato, faça o seu papel e preserve os nossos jovens que estão vindo por aí, preserve a nossa população, para que as pessoas possam andar nas ruas seguras e tenham educação e saúde garantidas. Espero que a mão pesada da justiça chegue para aqueles que cometem esses atos horríveis e que eles paguem pelo que fizeram. Esse é o meu pedido. Eu não poderia deixar hoje de falar isso.

Por fim, presidente, eu recebi uma quantidade enorme de mensagens, nos últimos 2 dias, com relação à questão da energia elétrica no Distrito Federal. Eu não sei o que está acontecendo com a Neoenergia, porque é uma quantidade absurda de reclamações que chegam. Eu faço um pedido. Essa empresa tem que fazer uma análise e um trabalho que, de fato, atenda a nossa comunidade. Se necessário for, que o governo aplique uma punição para doer no bolso! Não dá mais para a população ficar no escuro, não dá mais para regiões ficarem sem energia como estão ficando. Equipamentos são perdidos. Há pessoas que dependem da energia para estar vivas. Precisamos ter essa consciência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero saudar todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que estão na galeria, acompanhando os projetos que serão discutidos daqui a pouco.

Agora mesmo eu dei uma entrevista à Record e digo que tenho convicção de que a sala de aula é um templo sagrado dos educadores que não pode ser violado. Portanto, não pode existir uma lei impondo que deve haver câmara de vídeo nas salas. Eu, que visito muitas escolas, tenho defendido junto ao governo um plano para equipar as escolas, por exemplo, com ar-condicionado. Para isso, tem que ser feita uma reforma de todo o sistema elétrico das escolas. É preciso também que sejam retiradas aquelas janelas que mais parecem um presídio. Eu tenho liberado muito recurso para se colocar Blindex. Fica bonito, funcional, uma coisa maravilhosa.

Precisamos também de mais professores e professoras, para acabar com uma situação vergonhosa, que é a existência dos chamados educadores sociais, que ganham R\$10 por hora e são verdadeiros escravos. Eles trabalham 4 horas, ganham R\$40 e não podem adoecer. Se adoecerem, não recebem nada, não têm tíquete alimentação, não têm nada. Temos que mudar essa realidade.

Há, ainda, uma questão fundamental, prometida durante a greve e esperada por vocês: além

das nomeações, foi prometido um plano de carreira para essa categoria tão importante e tão fundamental. Portanto, contem com meu apoio, com a minha solidariedade. (Palmas.)

Eu quero levantar um ponto que diz respeito principalmente às pessoas mais vividas, que é o meu caso, às pessoas idosas – e vou dar nomes. Eu compareci ontem a uma loja da farmácia Rosário, para comprar um medicamento que ia custar mais de R\$1.000. Falei para a moça: “Eu quero usar o banheiro da loja”. Ela respondeu: “Não pode. Aqui só tem banheiro feminino.” Mas ela não estava falando a verdade, porque havia 2 homens e 1 mulher. Como só há banheiro feminino?

Estou vendo ali o doutor Celestino, nosso defensor público.

Portanto, estou apresentando um projeto, neste momento – espero que ele tramite com rapidez –, a exemplo do que já fiz para os garis, quando propus que fosse obrigatório que os estabelecimentos públicos e privados abrissem os banheiros para que essas pessoas pudessem usá-los. No projeto que estou apresentando, consta a determinação de que todas as farmácias, drogarias, padarias e demais estabelecimentos de comércio deixem os banheiros liberados para os usuários. Todo mundo sabe da necessidade que uma mulher grávida sente de ir ao banheiro – eu chamo de toalete. Imaginem ela chegar a um estabelecimento e falarem que não pode usar o banheiro? Parece que a solução é fazer as necessidades no meio de todo mundo.

É uma vergonha o que a drogaria Rosário está fazendo. Eu estou virando inimigo dessa farmácia. Não comprarei mais nela. Aquilo de que preciso pode até ser mais caro em outra, mas eu comprarei nessa outra. Pode ser mais caro, mas vou comprar em outra loja.

Estou apresentando esse projeto, deputado Ricardo Vale, e eu quero que ele vire lei para que os fregueses sejam tratados com a dignidade que merecem. Negar o uso de um banheiro é desumano! E a drogaria Rosário – anatem o nome – está fazendo isso! Quem trata os clientes dessa maneira não merece ter clientes. Não merece ter clientes! Estou apresentando o projeto, espero que vire lei, e nós vamos obrigá-los a abrir os sanitários para atender a nossa comunidade.

Por último, quero dizer, deputado Ricardo Vale, que estamos prontos para votar o projeto da Defensoria Pública.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores tentamos de todas as maneiras fazer com que esse projeto das câmeras não entrasse em pauta. Se entrar em pauta, a bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar contra. Isso é um problema a ser resolvido pela comunidade escolar. Ela precisa decidir o que quer nas salas de aula, sem imposições da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, cumprimento todos os deputados e todas as deputadas presentes, a assessoria, o pessoal da comunicação e aqueles que estão acompanhando as votações da Câmara Legislativa e fazendo suas reivindicações.

Presidente, eu vim falar sobre apenas um concurso entre os mais de 20 concursos que acompanho, porque houve um encaminhamento positivo a partir de algo que solicitamos. O BRB fez o concurso e, no início, havia a ideia de chamar apenas aqueles aprovados. Entretanto, eu estive com o presidente do BRB, Paulo Henrique, conversei com ele e levei a comissão até lá. Eu disse a ele que todos do concurso para escriturários deveriam ser convocados e que o cadastro reserva também deveria ser considerado, porque o concurso é novo. O presidente Paulo Henrique atendeu à nossa solicitação e convocou, inicialmente, os 50 aprovados para escriturário do BRB. Foi uma vitória muito grande. Há ainda 424 aprovados no cadastro reserva. A vacância no BRB – que está crescendo – é grande. Há vagas para que esses servidores sejam convocados. Essa janela de convocação ficou aberta. Agradeço ao presidente do BRB, Paulo Henrique, e à comissão dos concursados.

Mais de 93 carreiras já me procuraram, entre concursados e servidores com reestruturação

de carreira. O presidente do BRB vai ter servidores públicos aprovados aptos a assumirem os cargos no BRB. Eu acredito que logo, logo o presidente Paulo Henrique, juntamente com sua equipe técnica, começará a convocar os concursados para que o BRB tenha cada vez mais servidores públicos de carreira, que é o que interessa para todos nós, para termos um Banco de Brasília que represente o servidor público.

Parabéns, Paulo Henrique, parabéns a todos os membros da comissão e parabéns aos 434 servidores que aguardam a convocação. Vamos acompanhar e incentivar.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, deputados, deputadas, eu subo à tribuna na véspera do Dia do Professor para prestar a minha homenagem aos educadores e educadoras do Distrito Federal, que têm uma importância enorme para esta cidade. Nós participamos da luta dos professores por melhorias salariais e pela reestruturação da carreira. (Palmas.)

Esta casa tem que lembrar da educação e das escolas. Precisamos lembrar que, infelizmente, os nossos professores e professoras ainda são a pior carreira de nível superior do Distrito Federal em termos de remuneração. Esta casa precisa lembrar da educação e das escolas pela falta de estrutura nas mais de 705 escolas do Distrito Federal. Isso é gravíssimo! Nós sabemos das dificuldades estruturais: falta ar-condicionado, falta armário, falta banheiro estruturado, falta internet, falta professor do quadro, porque não há nomeação suficiente. É o que falta na educação!

Se esta casa quer homenagear os professores, esta casa precisa fazê-lo do ponto de vista estrutural, pedagógico. Essa é a forma de fortalecer a educação no Distrito Federal.

Eu tenho muito orgulho, presidente, porque no nosso mandato, só no Edital Realize – nós já tivemos 5 edições, estamos na sexta edição –, nós já aplicamos R\$18 milhões em emendas parlamentares para projetos pedagógicos nas escolas públicas. Em mais de 400 escolas, mais de 600 projetos foram e são beneficiados com as emendas do Edital Realize.

Queremos ajudar a educação, mas nós não podemos ajudar a educação desconfiando de professor. Professor e professora, via de regra, não são assediadores; professor e professora não são bandidos; professor e professora não são criminosos; professor e professora têm que ser respeitados. Aqueles que, isoladamente, cometerem crimes têm que ser investigados e os crimes devem ser apurados dentro da legislação. Mas professor e professora têm que ser respeitados. Isso é o que nós temos de fazer. É assim que esta casa tem que homenagear a educação pública e é assim que o nosso mandato e a Câmara Legislativa devem honrar os professores e as professoras.

Hoje os parlamentares estão empenhados em aprovar um projeto que, infelizmente, parece servir para perseguir professor. Eu queria que eles tivessem esse empenho na nomeação de professores, na estruturação das escolas. Eu queria que eles tivessem esse empenho na aprovação de projetos que beneficiam a atividade-fim da escola, mas, infelizmente, nós não vimos isso.

Cuidado! Esses projetos não vêm para ajudar. Parece que eles vêm para atacar professores e professoras. Cuidado! Aquilo que, muitas vezes, é a aparência, não é a essência do projeto.

Nós estamos comprometidos com o debate e com a defesa verdadeira da educação.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Hermeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Desejo uma boa tarde aos que estão presentes nesta sessão plenária. Cumprimento, em especial, os professores e as professoras.

Subo a esta tribuna, presidente, para lembrar que amanhã, dia 15 de outubro, é o Dia do Professor. Eu quero parabenizar cada professora e professor desta cidade. Amanhã é dia de celebrar, presidente, a maior categoria do serviço público do Distrito Federal. Essa é a categoria que está espalhada em todos os cantos desta cidade e deste país, porque o serviço público mais capilarizado que existe é a educação. Às vezes, a saúde não chega a determinado local. Não existe hospital, não existe UBS nem assistência social, porque não existe Cras nem Creas. Às vezes, não há uma delegacia de polícia ou uma viatura, nem uma quadra pública para a prática do esporte na cidade. Mas existem escolas, educadores e educadoras cumprindo o papel deles.

Presidente, isso mostra os desafios que ainda existem para a consolidação dos direitos sociais da Constituição de 1988. Para que isso aconteça, é necessário ir muito além dos falsos discursos vazios que, de 4 em 4 anos, os professores e professoras escutam. Eles dizem que a educação é prioridade, que os professores precisam ter salário igual ao de um juiz. Eles dizem que a carreira dos professores deve ser a mais bem remunerada de todas, porque é a carreira que educa todas as outras. Nós escutamos essas promessas e discursos a cada 4 anos. O problema é que, durante os 4 anos, esses discursos se tornam vazios. Na realidade, essa valorização prometida não acontece.

A escola precisa de muita coisa. Ela precisa de recurso, de quadras cobertas. As chuvas começaram, presidente. Na semana passada, as escolas tinham dificuldade de realização da prática de educação física por conta da seca, por conta do sol escaldante; agora existem dificuldades por causa das chuvas. Nós não conseguimos nem garantir os direitos fundamentais. As salas de aula precisam de conforto térmico, de ar-condicionado, de umidade adequada, de conforto acústico. As salas não podem estar superlotadas. Existem professores e professoras alfabetizando em salas de aula com 35 estudantes. No ensino médio, existem professores com 51 estudantes matriculados na lista de chamada. Onde estão os laboratórios? Onde estão os refeitórios? Onde estão os espaços pedagógicos? A secretaria está desmontando esses espaços para construir puxadinhos a fim de alocar mais estudantes. Nós vamos recebê-los porque esse é o papel da escola.

Presidente, faltam profissionais nas escolas. Nas salas de aula superlotadas, os professores estão sozinhos, porque não existe um monitor. Eles imploram por um educador social voluntário que, como lembrou o deputado Chico Vigilante, recebe R\$40 por dia. Onde estão os psicólogos e os assistentes sociais exigidos por lei? Onde estão os enfermeiros que poderiam ajudar, além de porteiros, monitores e demais profissionais? Infelizmente, a política tem sido a de esvaziar a escola. Faltam professores e professoras, coordenadores pedagógicos, supervisores para cuidarem da área pedagógica, dos setores administrativo e disciplinar. Eles tentam falar que essas coisas estão desconectadas umas das outras, mas elas não estão. Não é possível dissociar o tripé da escola pública.

Quero encerrar, presidente, dizendo que hoje os professores e as professoras desta cidade estão em casa – principalmente os da rede pública. Alguns estão aqui. Ontem e hoje são dias de recesso escolar para celebrar o Dia do Professor – e da professora. Alguns, que deveriam estar descansando, estão trabalhando: estão preenchendo diário, porque na escola não há internet e, assim, na escola o sistema do diário não funciona; alguns estão corrigindo provas; alguns estão preparando aula. E alguns, deputado Chico Vigilante, estão com medo de que uma aula preparada com todo cuidado, respeitando a lei, respeitando o currículo, amanhã possa ser questionada por algum parlamentar – ou por qualquer pessoa da comunidade escolar –, sob a falsa, injusta e sacana alegação de doutrinação ideológica.

Hoje, presidente, alguns professores estão fazendo conta, porque não sabem como vão fechar o mês. São dados do BRB escandalosos: 12 mil professores desta cidade estão superendividados com o BRB, não sabem como vão pagar as contas da família. É assim que essa categoria, amanhã, volta para a escola: cansada, adoecida, mas com um compromisso que não é por um sacerdócio que inventaram, ou apenas por um amor espiritual pela escola. Há muito amor e compromisso, mas eles voltam para a escola para pagar suas contas, para trabalhar, porque são profissionais. Voltam para a escola, presidente, com a certeza de que a escola é o lugar de proteção, de que escola não é prisão. Voltam para a escola com a certeza de que a escola é o espaço da garantia da cidadania, da liberdade e dos direitos.

Encerro lembrando a canção:

“Professores
Protetores das crianças do meu país
Eu queria, gostaria
De um discurso bem mais feliz
Porque tudo é educação
É matéria de todo o tempo
Ensinem a quem sabe de tudo
A entregar o conhecimento
Ensinem a quem sabe de tudo
A entregar o conhecimento
Na sala de aula
É que se forma um cidadão
Na sala de aula
É que se muda uma nação
Na sala de aula
Não há idade e nem cor
Por isso aceite e respeite o meu professor”

Professores e professoras, parabéns! Eu tenho muito orgulho de pertencer a essa categoria, presidente. Como eu disse na semana passada: o lugar mais seguro para crianças e adolescentes, hoje, é a sala de aula, graças aos professores e às professoras deste país.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Parabéns por seu discurso.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Presidente, vou dividir meu tempo de fala com o deputado Thiago Manzoni, que vai me suceder logo após meu pronunciamento.

Esta é uma tarde muito importante, ainda mais com a data de amanhã se avizinando, com a comemoração do Dia do Professor. Nada mais oportuno que discutirmos um projeto de extrema relevância, que vai trazer segurança para que nossos professores desenvolvam o conteúdo pedagógico em sala de aula.

Os colegas que me antecederam disseram que a sala de aula é um ambiente sagrado. Eu concordo. Colegas que me antecederam disseram que o professor deve ser valorizado. Colegas que me antecederam citaram a falta de cobertura nas quadras esportivas das escolas, a falta de ar-

condicionado e de filtro, e pediram a melhora da rede elétrica das escolas. Com tudo isso nós concordamos.

Infelizmente, esse cenário se repete na saúde pública, deputado Thiago Manzoni. Infelizmente, esse cenário, deputado Jorge Vianna, se repete na segurança pública. Realmente, nós vivemos um momento de escassez. Falta ar de qualidade, porque nós vivemos em cidades onde a poluição prospera. Falta alimento, falta emprego, faltam melhores salários, falta respeito, falta tudo. E falta também segurança no ambiente escolar. Esse projeto, por meio da retórica e da narrativa conveniente, levou o projeto para o discurso de que ele é uma proteção aos alunos contra os professores. Ledo engano, esse projeto protege o professor.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Presidente, solicito que vossa excelência restabeleça a ordem.

(Assume a presidência o deputado Martins Machado.)

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Por favor, peço que a plateia não interrompa a palavra do deputado Roosevelt. Todos têm o direito ao uso da palavra. Se houver interrupção, darei mais tempo ao deputado.

Por favor, deputado, conclua.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – É notório. Não é discurso do deputado *a*, do deputado *b* ou do deputado Roosevelt. São fatos. O ambiente escolar hoje, infelizmente, não traz segurança para toda a comunidade escolar.

Os professores estão sendo vítima de violência dos próprios alunos! Dias atrás, um aluno esfaqueou outro aluno no Riacho Fundo. Se não fossem os bombeiros intercederem no local, haveria uma tragédia. Outro dia, um professor foi preso acusado de violentar sexualmente uma aluna de 4 anos de idade!

O próprio *site* do Sinpro-DF trouxe, no dia 7 de julho, uma reclamação, uma queixa de que as escolas não oferecem segurança à comunidade escolar. Está assim no *site* do Sinpro-DF: “Conflitos escancaram escalada de violência nas escolas públicas”. A própria reportagem relata que os professores sofrem violência até dos pais.

Eu concordo com os relatos de falta de estrutura no ambiente escolar, como já disse. Inclusive, eu, deputado Roosevelt, e outros colegas aqui destinamos recursos para essas escolas. Eu, por exemplo, no meu mandato, já destinei mais de R\$35 milhões para ar-condicionado nas salas de aulas, cobertura de quadras, parquinhos, reforma dos refeitórios etc.

Nós, mais do que ninguém, queremos uma valorização dos nossos professores, e essa valorização passa pelo movimento desta casa de dar tranquilidade para que o professor desenvolva o conteúdo pedagógico em sala de aula.

Os senhores professores e as senhoras professoras que estão aqui na galeria são testemunhas. Cada um dos senhores e senhoras aqui tem condições...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Não são os senhores que defendem um processo democrático? Eu acho que deveriam respeitar o deputado que defende uma posição. Então deixem o deputado desenvolver, e, ao final, se eu não convencer a maioria dos deputados, os deputados que defendem uma posição divergente à minha poderão atender o pleito dos senhores e das senhoras.

Os senhores são professores. Eu fico preocupado, presidente, porque são esses colegas que estão na galeria que estão nas salas de aulas ensinando os nossos filhos, e eles não respeitam os representantes que foram eleitos pelo processo democrático!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – É assim? Eu fico imaginando o que aconteceria se os alunos vaiarem cada um dos senhores professores. É assim que os alunos reagem aos senhores e às senhoras?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Presidente, o meu tempo foi interrompido. Não estou conseguindo desenvolver o raciocínio. Peço a vossa excelência que restabeleça o meu tempo.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Nós estamos num processo democrático. Se eu não tiver a liberdade de desenvolver o meu raciocínio, fica complicado.

Professores e professoras, deixem-me falar. O que defendemos nesta casa é que vocês possam desenvolver o conteúdo pedagógico. Há um pouco mais de 1 mês, um professor foi agredido fisicamente por um aluno no ambiente escolar!

Eu tenho o temor e a responsabilidade de apresentar e defender essa tese. O projeto é de minha autoria. O deputado Thiago Manzoni e o deputado Pastor Daniel de Castro têm defendido o projeto. Eu fico pensando...

(Manifestação na galeria.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pessoal...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pessoal...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pessoal, eu quero pedir a vocês que respeitem a fala do deputado. Deixem-no falar. Depois vocês se manifestam, está bom? Senão, não vamos sair daqui. Ainda temos projetos importantes para votar.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Obrigado, presidente.

Eu vou finalizar dizendo que é triste ver que a retórica avança. Esse projeto vai levar segurança para os professores e para a comunidade escolar e proteger os nossos alunos.

Eu fico me perguntando o que é discutido dentro das salas de aula e que não pode ser registrado. Eu fico imaginando o que há na matemática que não deve ser gravado.

O que deve ser gravado eu sei. Deve ser gravado quando o aluno desrespeita o professor. Isso deve ser gravado. Deve ser gravado quando pessoas travestidas de professores, e não professores, violentam sexual e psicologicamente os nossos alunos.

Eu tenho a minha consciência tranquila, assim como os colegas que vão votar a favor do projeto. Nós estamos cumprindo o nosso papel. Aqueles que são contrários à segurança nas salas de aula serão solidários a qualquer tipo de violência e de agressão que, a partir de agora, acontecer no ambiente escolar. Eles serão contrários à possibilidade de defendermos os nossos alunos e os nossos professores.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Roosevelt, peço que conclua.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Presidente, peço que votemos o projeto o quanto antes, hoje, para que possamos fazer essa entrega à sociedade.

Relembro que o deputado Thiago Manzoni vai fazer suas considerações no tempo da liderança do PL.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo o aparte ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, obrigado.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, eu preciso fazer uma diferenciação breve. Na verdade, quem está aqui é o Sinpro-DF. Essa falta de educação é dele. Nós conhecemos essa falta de educação, e não é de hoje. Eles não conseguem ouvir o que está sendo dito. Eles são incapazes de fazer silêncio para ouvir só um pouquinho o que o parlamentar está expondo.

É sempre assim. Quando trazem as pautas que querem fazer avançar, são educados e conversam com os deputados. Quando a pauta os desagrada, eles vêm assim.

Então, é preciso fazer essa separação. O Sinpro-DF tem essa atitude muito ruim.

Para a minha alegria, a maioria dos professores já não se vê mais representada pelo Sinpro-DF. Acho até que deveria haver outra entidade para falar pelos professores. O Sinpro-DF faz um trabalho ruim.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Existem algumas pautas que nos unem a todos nesta casa. O deputado Chico Vigilante expôs algumas coisas. O deputado Gabriel Magno também expôs alguns fatos. Nós concordamos com eles. Queremos melhorar a estrutura das escolas.

Estamos empenhados com as escolas do Distrito Federal. Meu mandato tem hoje R\$10 milhões destinados a esse fim. Há escolas que têm ar-condicionado e laboratório de informática por conta de emenda parlamentar que destinei. Muitas escolas têm hoje ambientes e estruturas melhores graças a essas emendas. Algumas contam com câmeras de monitoramento a pedido dos próprios diretores.

Diferentemente do que possa parecer, há muitos diretores que querem câmeras de monitoramento. No entanto, há uma queixa recorrente de que a Secretaria de Educação, com base em uma lei vigente desde 2007, tem solicitado a retirada das câmeras das salas de aula. Isso precisa ser discutido.

É necessário dizer que uma questão não invalida a outra. Queremos a melhoria do ambiente escolar não apenas para o destinatário final do serviço público – o aluno – mas também para o professor, que exerce uma das atividades mais importantes de todas.

Queremos valorização da escola; escolarização de qualidade; alunos bem alfabetizados, que falem bem português, que aprendam matemática e outras disciplinas para que possam se inserir no mercado de trabalho. Mas isso não significa que vamos abrir mão das câmeras de segurança que esse projeto propõe.

Reitero que os professores também serão protegidos. Existem ameaças feitas contra professores que precisam ser investigadas. Muitas vezes, os órgãos de segurança não conseguem identificar os alunos que fizeram essas ameaças.

É necessário se perguntar por que há tanta dificuldade em se instalarem câmeras nas salas de aula se não há nada de errado acontecendo nelas? Não há problema em haver câmeras lá dentro.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Deputado Ricardo Vale, está difícil para falar hoje, mas vou encerrar.

Sabemos que este é um tema que envolve muitas paixões. Alguns deputados de esquerda falaram em solo sagrado e sacerdócio. A religiosidade deles não é em relação a Deus, mas à ideologia. Parece que o que querem proteger, eventualmente, é a ideologia deles.

Nós queremos proteger os professores, os alunos, os pais e, inclusive, a sala de aula. Não vamos abrir mão dessa discussão, mesmo que tentem enviesá-la ou desvirtuá-la.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, quero fazer um breve uso da palavra, porque é preciso tratar as questões com seriedade. Aqui há professores e professoras do chão da escola e do Sindicato dos Professores. O Sinpro-DF representa legalmente, politicamente e moralmente essa categoria.

Para começo de conversa, é o sindicato com maior índice de filiação nesta cidade. São 35 mil professores, professoras, orientadores e orientadoras filiados ao Sinpro-DF. Quero que tragam a esta casa um sindicato com essa legitimidade.

Quem tenta atacar o Sinpro-DF são justamente aqueles que dizem não estar aqui por ideologia, mas agem ideologicamente. Querem disputar a categoria e o Sinpro-DF? Disputem-nas. Há eleição, montem uma chapa.

Tenho profundo respeito pelo Sindicato dos Professores, do qual tive o prazer de ser dirigente. Ele precisa ser respeitado.

Por outro lado, é curioso ouvir certos argumentos. Quero saber a opinião dos parlamentares sobre o orçamento. O Fundo Constitucional do Distrito Federal vai aumentar, no próximo ano, em R\$3,2 bilhões. O governo está propondo uma redução de R\$900 milhões para a educação, de R\$1,1 bilhão para a saúde, e o restante seria destinado para a segurança. Se defendem tanto a educação, qual é a opinião dos deputados sobre a proposta do governo para o Fundo Constitucional? Vamos debater o orçamento para valorizar a escola.

Eu encerro a minha fala, presidente, lembrando que, quando houve o debate neste plenário sobre câmeras corporais nas forças de segurança – com dados científicos que comprovam sua eficiência –, o debate foi outro. Não parece que esses profissionais devem ser respeitados, valorizados e ter estrutura. O debate se torna: “Está escondendo o quê?”

Respeitem os professores desta cidade. Apresentem mais seriedade no debate e vamos discutir o orçamento do Distrito Federal e qual é a parcela que está indo para a educação e para os professores.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado.

Está encerrado o comunicado de líderes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, é importante apresentarmos alguns fatos. Vários parlamentares falaram agora – na verdade, 2 – sobre transparência, mas esses parlamentares são do PL. O PL acabou de votar em massa a favor da PEC da blindagem na Câmara dos Deputados, que devolveria o voto secreto para parlamentares. Querem falar em transparência, mas ao mesmo tempo a falta de coerência retira a transparência do Congresso Nacional.

Nós parlamentares fazemos reuniões a portas fechadas sobre temas delicados da cidade onde não há monitoramento por vídeo. Talvez devesse haver monitoramento por vídeo para a população saber o que se passa ali dentro, a exemplo do debate sobre a compra do Banco Master pelo BRB e sobre uma série de temas importantes para a cidade. Entretanto, se o deputado que é o primeiro autor dessa proposição tem interesse na segurança das escolas públicas do Distrito Federal, que ele abra o debate – comissão geral, audiência pública, diálogo com as representações – em vez

de votar o projeto a toque de caixa.

Quero dizer, inclusive, que sou o autor do projeto de lei das câmeras corporais para os policiais, que ainda não foi aprovado nesta casa porque há obstrução de uma parte dos deputados e das deputadas sobre ele.

Vamos fazer o debate antes. Eu sei que há muitos educadores e muitas educadoras, deputado Roosevelt, que, por exemplo, aceitam a mediação de um projeto de segurança para as escolas públicas. Os professores aceitam fazer um diálogo. Isso é importante para todo mundo, mas não dessa forma, que cria um ambiente de desconfiança. A ideia não é segurança, mas censura à autonomia pedagógica e à liberdade de cátedra. Essa é a preocupação de todo mundo. Quem quer segurança na escola pública se dispõe a conversar.

Por fim, quero fazer uma fala reparadora em relação ao Sinpro-DF. O Sindicato dos Professores representa os professores. Ele passa por processo eleitoral. O deputado, a deputada, o cidadão, o professor, a professora que discordarem da gestão podem se organizar e disputar a eleição para o Sinpro-DF. Porém, existe uma gestão que merece ser respeitada. É importante que se diga isso. Não dá para nenhum parlamentar atacar o Sindicato dos Professores dessa forma e tentar deslegitimar sua representação nesta casa.

Encerro minha fala, presidente, dizendo que não podemos usar, na véspera do Dia dos Professores, um projeto como esse para atacar nossos educadores e nossas educadoras. Não dá para usar isso. Essa seria uma péssima homenagem, um péssimo exemplo.

Aprovar esse projeto sem nenhuma discussão não é de direita, nem de esquerda, mas, sim, um ataque à educação no Distrito Federal. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, senti a necessidade de falar, porque assisti ao nascimento do Sindicato dos Professores há 46 anos. Esse sindicato nasceu quando quase ninguém podia falar neste país, porque havia uma ditadura militar.

Professoras e professores tiveram a coragem de fundar esse sindicato. Pode até haver uma categoria igual à dos professores, mas não há uma mais combativa do que ela. Sabe o que eu acho? Diversos deputados vão à salinha de reuniões e dizem: “Minha mulher é professora, eu sou professor, não sei quem é professor”. Mas esse é o tratamento que destinam aos professores? É assim?

A única coisa que queremos aqui é respeito aos professores e às professoras. A única coisa que queremos é que esses educadores sejam respeitados.

Eu vou dizer aqui, no momento do debate, o que já falei lá na sala de reuniões. Esse projeto das câmeras tem uma matriz. Nós sabemos de onde ele surgiu: é da mesma ideia da escola sem partido.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Eles querem escola sem partido para, na verdade, fazer proliferar o partido deles.

Vou repetir o que já falei aqui: a sala de aula é o lugar sagrado dos professores e das professoras. Ninguém tem o direito de ir lá dar palpite.

Essa história das câmeras é a mesma ideia de um projeto que foi apresentado aqui e que caiu por inconstitucionalidade, aquele da educação domiciliar sem necessidade de professores. É mais do mesmo. É filhote!

Portanto, se querem fazer uma discussão séria, vamos discutir escola por escola, cidade por

cidade, rua por rua, a respeito da funcionalidade das escolas, da importância que essa funcionalidade precisa ter. Vamos discutir o que realmente interessa.

Eu pergunto aos autores do projeto: discutiram com quem, fizeram reuniões onde, realizaram audiência pública onde para debater essas questões? Não fizeram em lugar nenhum.

Portanto, querem ser iluminados por suas próprias ideias. Querem impor algo aos professores, que são os verdadeiros responsáveis pela educação no Distrito Federal.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Há vários inscritos aqui.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, farei uma fala sem emoção para ambos os lados, que é o que vemos aqui a todo momento quando se trata de pauta de educação. Vou fazer aqui uma fala sob o meu ponto de vista.

Primeiro, é inegável que existem vários professores que querem câmeras em sala de aula – tanto que os próprios deputados que propuseram isso têm uma lista de professores. É inegável que há quem queira, mas, obviamente, a maioria não quer isso.

O papel do parlamentar é justamente transmitir a vontade do povo que o procura. Não estou fazendo defesa dos deputados que fizeram essa proposta, mas eles têm razão ao propor isso, porque o que está acontecendo nas escolas se reflete aqui no parlamento. “Não estão fazendo nada, deputado?”.

No entanto, pessoal, também como educador, vindo de uma família de educadores, vejo que o professor, por muito tempo, tem tido frequentemente questionadas sua didática, sua forma de atuação. Colocar uma câmera no lugar em que, naquele momento, ele se torna um grande ator, não ajuda, porque a sala de aula é o local onde o professor precisa se transformar e fazer de tudo para conquistar a atenção do aluno para promover uma educação que não seja linear.

Paulo Freire, o grande ídolo da nossa educação, já falava isso. Não podemos nivelar a turma, pois há alunos com uma dificuldade maior ou menor de aprendizado. O professor precisa ter habilidade para lidar com isso. Muitas vezes, ele não quer que aquilo seja transmitido, não quer que seja filmado. Isso faz parte do foro íntimo do educador.

Por isso, acredito que, nesse quesito – e vejam que eu apoio muitas pautas apresentadas aqui –, é necessário haver parcimônia. Há professores que querem, há professores que não querem. Então, deixem a comunidade escolar escolher.

Eu admiro muito o deputado Roosevelt e o deputado Thiago Manzoni, pois não é qualquer um que tem coragem de vir aqui e levar vaia. É muito mais fácil vir aqui e ganhar aplausos ao falar para as categorias que estão presentes.

Eles estão representando um grupo que quer câmeras. Então, vamos fazer o seguinte. Apresentei uma emenda que substitui a obrigatoriedade da câmara e permite uma flexibilidade na escolha por parte da comunidade, que são os pais e os alunos. Acredito que, nas comunidades onde há menos segurança, os pais e até os próprios professores vão exigir as câmeras evidentemente. Se elas forem colocadas e depois for feita uma estatística, nós iremos ver que a maioria talvez vá decidir.

Contudo, não se pode nivelar por baixo. Em um universo com mais de 400 mil alunos na rede pública – 260 mil alunos do ensino fundamental e 70 mil do ensino médio –, se verificarmos a estatística de criminalidade dentro de sala de aula, o índice é muito pequeno para justificar o monitoramento. É um índice muito pequeno, ainda que seja perigoso. Nós temos que acabar com isso já no nascedouro, porque, se não houver alguma medida, esse índice vai aumentar. Mas por conta de quê? Por conta da má-formação e da má-educação da sociedade. Os jovens hoje estão muito mais atrevidos, sabemos disso. Eles estão muito mais perigosos, muito mais perversos. Essa é

a nossa humanidade. Então, nós temos que ir à fonte do problema.

Este é um discurso sem muitas emoções, mas quero dizer o seguinte: há quem queira, há quem não queira; que deixem, então, a decisão para a comunidade escolar! Nós parlamentares temos que ter esse cuidado. Então, vamos ter parcimônia para votar esse projeto, seja ele votado hoje ou não.

Já adianto o meu voto no sentido de que, se concordarem em fazer essa consulta à comunidade, eu votarei no substitutivo.

Era isso o que eu tinha a dizer, presidente. Obrigado. Agradeço aos professores. Aproveito o Dia dos Professores para, na pessoa dos nossos colegas do sindicato que estão aqui, saudar todos os professores do DF e do Brasil. A educação nunca foi prioridade na classe política.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

O quórum está caindo bastante, pessoal.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, presidente.

Eu começo minha fala tentando acertar o que vai sair amanhã – naturalmente, se houver a votação, porque o quórum diminui – no *outdoor* do Sinpro-DF. Independentemente das nossas ideologias, vai sair mesmo, já falaram. O que eles fazem? O sindicato tem professores sindicalizados que conhecem a experiência do sindicato, mas não conhecem a experiência da sala de aula, porque vivem pendurados no sindicato. Eles não têm 25 anos de sala de aula, como a minha esposa tem, ou 30 anos, como a minha cunhada tem.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Por favor, peço que me esperem falar, depois vocês falam.

Presidente, eu peço que reponha a minha fala, por favor.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Vossa excelência pode prosseguir.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Então, é natural que se fique a pensar, deputado Thiago Manzoni, o que vai sair amanhã no...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Deputado, não estou provocando, não! Só estou fazendo uma fala conectada, porque a esse Sinpro-DF, que vem aqui fazer as reivindicações, quero deixar claro que, em 3 anos de mandato, a área para a qual mais destinei recursos foi a educação. Mais do que para a saúde, inclusive. Muitas vezes até sou questionado pelas pessoas da área da saúde. Faço assim porque eu sei da necessidade, por isso eu resolvi colocar minhas emendas na educação.

Todas estas regionais têm emendas deste deputado: Planaltina, Sobradinho, Santa Maria, Gama, Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia. Isso mostra meu compromisso com a educação. Nunca saiu uma foto minha em painel do Sinpro-DF – não estou pedindo isso e nem quero que saia. Mas para qualquer coisa que votemos sobre algo que fira pensamentos ideológicos – não é votação sobre educação – de parte de pessoas que compõem o Sinpro-DF, aí nós vamos para o pau mesmo e nossa foto estará estampada no *outdoor*: “Esses são contra a educação”. Não analisam o que nós fazemos pela educação nesta casa, o que mostra que não é um sindicato plural; por isso eu falo, sim, dele.

Eu já falei para a minha esposa que eu quero fazer uma campanha para que todo mundo que é cristão, que é evangélico, e que não se sinta representado pelo Sinpro se desfilie do sindicato, porque ele só vem aqui para defender pauta ideológica, não pauta da educação, e para tentar nos

jogar – nós deputados – contra a comunidade de Brasília, sobre coisas que não são verdadeiras. Nós não estamos defendendo ideologia, estamos defendendo, em primeiro lugar, o professor. Eu sei do que estou falando. Estamos defendendo o professor.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – A coisa mais bonita da educação é saber ouvir e saber falar no momento ideal.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pessoal, eu peço mais uma vez a vocês que o deixem falar, depois vocês se manifestam, porque eu vou acrescer o tempo dele aqui o quanto for necessário.

Peço ao deputado que conclua.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu concluo, se a galeria me deixar.

Está demonstrado, deputado Roosevelt, que parte do sindicato, do Sinpro, vem aqui por conta de ideologia. Quando você coloca câmeras na sala de aula, você protege o professor, protege os alunos, protege o pai.

Hoje na Rádio Metrôpoles houve um pai dizendo que o filho dele foi agredido na sala de aula. Mas como ele vai comprovar isso? Não tem como ele comprovar! Ontem saiu uma reportagem sobre 2 alunos que brigaram na frente da escola com estilete. Então, estamos falando de segurança para a comunidade escolar, para os professores, para os alunos e, também, para nós pais.

Eu quero, sim, saber. É meu direito! E represento uma grande parte da população do Distrito Federal que quer o mesmo direito que eu. Eu atendo professores o tempo todo. Faço parte de uma comunidade – a Igreja Assembleia de Deus – e, talvez, a maior parte dos servidores públicos dela sejam professores. Eu sei o que ouço dos professores: eles são favoráveis, sim. O que temos que fazer? Votar. Vamos votar. E que cada deputado vote com a sua consciência e sem preocupação – como eu, que não a tenho – sobre o que o Sinpro dirá amanhã; porque o mesmo Sinpro que amanhã colocará nossa foto nos *outdoors* depois voltará aqui para pedir emenda. E ele não sabe nos tratar com urbanidade e educação. Pelo contrário, vem aqui atacar os parlamentares que livremente têm o direito de se pronunciar de qualquer forma. Somos eleitos. Há um percentual da população que vota em nós.

Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, serei muito breve. Solicito que prossigamos para a votação. Peço que chamemos o projeto e o votemos, e que cada um vote conforme sua consciência.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Ok, obrigado, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, quero falar sobre 2 questões. A primeira é muito simples. O Sinpro coloca carômetro em *outdoor* e recentemente – eu vou lembrar – colocou em um quem votou a favor da reforma da previdência, que tirou o direito de os professores se aposentarem e autorizou o governo a cobrar mais, com o aumento da alíquota de 11% para 14%. O Sinpro colocou num *outdoor* a cara daqueles que votaram para autorizar o BRB a comprar o Banco

Master, aquele negócio imoral, que o Banco Central vetou. É isso. Não é ideológico, são questões da cidade.

Como segunda questão, presidente, solicito que vossa excelência faça a recomposição do quórum, antes de entrarmos na ordem do dia.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, peço ao pessoal da galeria 1 minuto, porque a questão sobre a qual vou falar é muito importante.

Nós estamos aqui com o pessoal da Defensoria Pública, que é a advocacia dos pobres. São os defensores públicos que atuam quando alguém está muito mal, que entram na justiça, que garantem as pensões alimentícias e uma série de atendimentos.

Não há quórum para votar esse projeto, mas há quórum para votar o projeto da Defensoria. Portanto, o meu apelo aos deputados autores do projeto é para que votemos o projeto da Defensoria, porque nesse das câmaras a bancada do PT estará em obstrução.

A minha proposta, presidente, é que votemos o projeto da Defensoria e que depois entremos com o projeto da discórdia – porque, no projeto da discórdia, entraremos em obstrução.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Chico Vigilante, no Colégio de Líderes, foi acertado que o primeiro projeto a ser apreciado seria...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Podemos alterar isso, presidente, em função das condições em que estamos.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Então, vamos consultar os líderes novamente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sim. Vamos consultá-los.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, a minha proposta é que se verifique o quórum e que seja submetida aos deputados a proposta que apresentei, de alteração na ordem de votação das matérias. Portanto, em vez de o projeto da discórdia ser o primeiro ponto, sugiro que ele seja o segundo, até porque o deputado Thiago Manzoni é defensor dos defensores.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, considerando que a ordem de votação da ordem do dia de hoje foi exaustivamente discutida no Colégio de Líderes, solicito que vossa excelência proceda à votação conjunta do Projeto de Lei nº 944/2024 e do Projeto de Lei nº 1.211/2024, por favor.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, há quórum para votar o projeto da Defensoria; não há quórum para votar o projeto da discórdia. Portanto, a minha proposta é muito clara: que seja realizada a votação do projeto da Defensoria. O projeto da discórdia pode ficar para um dia em que o quórum estiver maior. Esse é o apelo que faço aos deputados de bom senso.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, essa estratégia é habitual. Eles tentam sempre nos colocar contra alguma coisa. Neste exato momento, a tentativa é de nos colocar contra a Defensoria Pública. Eu fico aqui até amanhã para votar o projeto da Defensoria Pública, não tem problema, mas não vamos aceitar a alteração da ordem do que foi acordado no Colégio de Líderes.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, esta casa é casa de acordo. Não adianta querer nos jogar contra a Defensoria, até porque o defensor público-geral, o doutor Celestino, está aqui e já sabe qual é o meu voto e o de todos. Ele estava lá dentro, e todos nós votamos favoravelmente.

Não aceitamos a inversão de pauta e solicitamos que vossa excelência cumpra rigorosamente o que foi acordado no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais ou comuniquem que estão em obstrução.

(Realiza-se a verificação de presença.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, está claro que não há quórum para votarmos o projeto da discórdia, mas há quórum para votarmos o projeto da Defensoria. Portanto, a responsabilidade de não votar o projeto da Defensoria é dos defensores da discórdia. Nós estamos dispostos a votar o projeto da Defensoria. Se não querem votá-lo, a responsabilidade é deles. Nós não vamos votar o projeto da discórdia.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Chico Vigilante, neste momento, não há quórum para deliberar sobre absolutamente nada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Se toparem o acordo, há deputado para registrar a presença e para dar quórum.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Enquanto os deputados registram suas presenças, eu queria dar um recado aos aposentados e pensionistas do Distrito Federal sobre o Projeto de Lei Complementar nº 85/2025, protocolado nesta casa na semana passada e apresentado pelo nosso mandato. Hoje, no Colégio de Líderes, discutimos sobre ele. O Iprev nos informou que, acatando sugestão do governador Ibaneis, suspenderia a cobrança que seria descontada hoje no contracheque dos aposentados – um valor que gira em torno de R\$2.300 por aposentado –, uma cobrança de um valor não descontado 5 anos atrás, relativa aos meses de novembro e dezembro de 2020.

Portanto, o PLC continua nesta casa e permanece na ordem do dia para a próxima terça-feira. Nós veremos como o Governo do Distrito Federal e o Iprev se manifestarão, do ponto de vista legal, uma vez que, até o momento, houve apenas uma manifestação verbal do presidente, que a

mídia do Distrito Federal divulgou.

Então, o Colégio de Líderes resolveu que não votaria esse PLC hoje, mas que ele continuaria na pauta desta casa. Certamente, o projeto será apreciado na próxima terça-feira, caso não haja nenhuma mudança.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, conversei com o governador Ibaneis sobre esse assunto, e ele afirmou que não haverá cobrança agora – hoje, no caso –, mas que não pode abrir mão dela, porque se trata de uma decisão que, caso não seja cumprida, impedirá o Iprev de obter certidões. O governador informou ainda que a negociação poderá ser feita em até 60 parcelas, mas não há possibilidade de abrir mão do desconto aos servidores. Então, se algo diferente ocorrer, será divulgado posteriormente. Essa é, portanto, a informação que tenho do governador.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Por isso, é importante que esta casa aprove o PLC na próxima terça-feira, para que essa possibilidade de cobrança por parte do governo seja definitivamente enterrada.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, em razão da falta de quórum, inclusive para deliberar uma eventual inversão de pauta, solicito a esta presidência que declare encerrada a presente sessão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, peço aos deputados que ainda não registraram presença que o façam, para mostrarmos que estamos falando sério e que queremos votar o projeto da Defensoria. Portanto, quem ainda não a registrou, por favor, registre a presença.

Em segundo lugar, presidente, com relação à cobrança indevida feita aos aposentados pelo Iprev, trata-se de um erro cometido pelo Governo do Distrito Federal. Ele deve arcar com a responsabilidade por esse erro e não cobrar R\$2.000, no fim do ano, de pessoas que já estão superendividadadas junto ao Banco de Brasília. São aposentadas e aposentados que estão passando por dificuldades, e ainda querem meter a mão no bolso deles. Isso é inaceitável!

Portanto, trata-se de um parecer que propomos derrubar, para que não venham atazanar a vida dos aposentados.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Pessoal, iniciaremos agora o processo de votação dos projetos. Há 14 deputados presentes, portanto, há quórum para votação.

O deputado Chico Vigilante propõe a inversão de pauta para que o primeiro projeto a ser apreciado seja o da Defensoria.

Consulto os líderes se há acordo.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Presidente, acredito que, primeiramente, devemos manter o que foi combinado aqui no parlamento na semana passada, pois acordo é acordo. Nós falamos que discutiríamos e decidiríamos no Colégio de Líderes o que seria votado, então devemos seguir a sequência. Esse é o meu ponto de vista. Independentemente de a cara estar em *outdoor* ou não, acordo é acordo.

Vota-se se quiser. Quem não quiser, que vote contra ou a favor.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – O voto do deputado Rogério Morro da Cruz é “não”.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder.) – Presidente, foi acordado no Colégio de Líderes que iríamos votar o projeto de lei hoje. Então, eu sou contra a inversão de pauta.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, acho que está muito claro para quem está assistindo a esta sessão e para quem está na galeria que essa inversão de pauta, que eu estou solicitando, já foi feita várias vezes. Muitas vezes já foi feita inversão de pauta, quando há impasse. Há um impasse neste momento, porque os defensores do projeto da discórdia, relativo às câmeras nas escolas, não estão em número suficiente para aprová-lo. Portanto, a responsabilidade de não aprovar o projeto da Defensoria é deles, não é nossa! É deles, que não querem aprovar o projeto da Defensoria. (Palmas.)

Portanto, já que eles não querem acordo, a nossa bancada está em obstrução, e vossa excelência que encerre a sessão! Mas a responsabilidade é deles!

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Declarada obstrução.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, pelo bloco PSOL-PSB, obviamente nós havíamos feito o acordo para votar o projeto da Defensoria, até porque o nosso intuito é não prejudicar a Defensoria Pública do DF e suas possibilidades com o projeto de lei enviado pela própria Defensoria.

Eles, hoje, ainda não têm as condições de votar o projeto. Isso não quer dizer que eles não podem viabilizar. A coisa mais natural do mundo é retirar um projeto de pauta num momento para retomá-lo depois. Isso já aconteceu nesta casa com 200 mil projetos, mas, ficar de picuinha e atrapalhar a Defensoria, isso está errado na política. Estão errando e errando feio. Eu acho que isso é mesquinho do ponto de vista da política pública da Defensoria Pública do DF.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Presidente, mais uma vez, a esquerda foge do mérito dos projetos e aciona artifícios regimentais porque não quer enfrentá-lo.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Esse projeto deveria ter sido votado na semana passada. Foi retirado de pauta para que fosse discutido no Colégio de Líderes. Ficamos no Colégio de Líderes por mais de 2 horas discutindo o projeto. Houve o acordo entre a maioria dos deputados para que ele fosse votado como o primeiro item da ordem do dia, mas a esquerda, por meio de uma retórica, tenta colocar a base de governo contra a Defensoria, que tem todo o nosso respeito. Não é nossa responsabilidade!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Dessa forma, presidente, sou pela manutenção do acordo do Colégio de Líderes.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – O voto do deputado Roosevelt, pelo PL, é “não”.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, primeiro tenho que deixar claro que, neste momento, quem é contra a Defensoria é a esquerda. Estão tentando...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Até porque o doutor Celestino já conhece o nosso voto.

Se eles tivessem responsabilidade, não estariam em obstrução, registrariam a presença e enfrentariam no voto: eles votam contra e nós votamos a favor. Logo depois de aprovarmos o projeto das escolas, nós aprovaríamos o projeto da Defensoria. Mas, se há obstrução, quem está jogando contra a Defensoria é a esquerda. Que fique registrado isso!

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – O voto do deputado é “não” – a favor da manutenção.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, é muito simples. Para aprovar um projeto, precisa haver 13 votos, 13 presenças. Eles não têm 13 para aprovar o projeto da escola. É disso que se trata. Se houver 13, o projeto vai ser votado.

Então, nós estamos propondo inversão da pauta, como já foi feito várias vezes, para salvar a Defensoria – a pedido da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Quem não quer não somos nós. Aliás, é engraçado, porque, em outros casos, no Congresso Nacional, o PL faz obstrução para não taxar *bet*, para não taxar bilionário, para preservar os parlamentares com a PEC da bandidagem, mas aqui não se pode.

Para votar a favor da Defensoria, nós invertemos a pauta.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – É que aqui é a Câmara Legislativa, não é o Congresso Nacional, deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Encerrada a consulta aos líderes. Não há acordo para inversão de pauta.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Presidente, quero pedir a atenção dos colegas para uma questão muito importante: a Defensoria Pública precisa que o projeto seja votado hoje. Se não for votado, o concurso vencerá e não haverá possibilidade de votação em outra data. Estamos falando dos defensores, que precisam dessa votação no dia de hoje, e isso é importante.

Nós estamos debatendo a ordem de votação, mas, ao final, se não chegarmos a um acordo, presidente, eu apelo à consciência dos colegas. Há uma questão regulamentar que normatiza sobre o prazo de validade do concurso. Se não votarmos o projeto hoje, haverá prejuízo para os concursados, que não poderão ser nomeados porque o concurso vai vencer. Por isso, é necessário votar a criação dos cargos hoje. Faço esse registro para que os colegas entendam a importância da matéria.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pessoal, não houve acordo para a inversão da pauta. Portanto, registro que a bancada do PT está em obstrução.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, estamos à disposição para votar o projeto da Defensoria e abrir uma discussão sobre segurança nas escolas, sim, mas com diálogo com os professores e as professoras. Nossa posição é que votemos o projeto da Defensoria; que abramos o coração para as urgências; que a bancada do PL, deputado Roosevelt, não pense com o estômago, mas com o coração e com a necessidade de a Defensoria ter os seus concursados nomeados.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Quero lembrar que, no Colégio de Líderes, foi definida a ordem da aprovação dos projetos. Posteriormente, o deputado Chico Vigilante solicitou a inversão dos projetos. Consultei os líderes e houve manutenção da ordem previamente acordada. Portanto, se não há acordo, vou encerrar a sessão, companheiros.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – A bancada do governo não aceitará a inversão da pauta, correto? Se não houver acordo para a inversão, vou encerrar a sessão.

Antes, porém, nos termos do art. 114, § 2º, do Regimento Interno, informo aos senhores deputados que não será designada ordem do dia para a sessão ordinária de 16 de outubro de 2025. Nesse sentido, a sessão será apenas discursiva.

Assina o deputado Wellington Luiz, pelo MDB.

Boa noite a todos e todas.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.
Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Cras – Centro de Referência de Assistência Social
Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Iprev – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLC – Projeto de Lei Complementar
Sinpro-DF – Sindicato dos Professores no Distrito Federal
UBS – Unidade Básica de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a), em 20/10/2025, às 18:07, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2376697 Código CRC: 1EAEF659.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00043387/2025-27

2376697v5

Ata Circunstanciada da 90ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
90ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H03

TÉRMINO ÀS 18H02

PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não há expediente sobre a mesa.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos por 30 minutos.

(Os trabalhos são suspensos.)

(Assume a presidência o deputado Thiago Manzoni.)

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – A sessão está reaberta.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Hermeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (Minoria. Como líder.) – Senhoras e senhores deputados, boa tarde.

O Iprev hoje anunciou que vai cobrar dos aposentados e pensionistas o retroativo de um recurso que deveria ter sido cobrado deles em 2020, referente aos meses de novembro e dezembro de 2020. Naquele momento o Iprev resolveu aumentar a alíquota desse imposto dos aposentados e pensionistas, mas o Governo do Distrito Federal não o fez, e a procuradoria mandou fazê-lo agora.

Nós já discutimos muito sobre isso. Ontem mesmo, no Colégio de Líderes, nós discutimos sobre isso.

O Iprev, atendendo a um pedido do governador, resolveu fazer a cobrança, e vai cobrar em 60 vezes essa dívida que os aposentados e pensionistas acabaram herdando por um erro do próprio Iprev, por um erro do próprio governo.

Fica aqui o meu pedido de apoio aos deputados e às deputadas. Eu conversei com o governador ontem e sua excelência disse que não poderia fazer nada, que o valor teria que ser cobrado, senão haveria um problema na certidão do GDF, mas que a cobrança seria parcelada em 60 vezes.

Ora, nós sabemos que os aposentados e pensionistas já vivem em uma situação muito difícil. Em média, um aposentado do Distrito Federal, ex-servidor do governo, recebe, hoje, R\$6 mil, uns recebem mais, outros recebem menos. Serão descontados desses aposentados, em média, R\$2.300. É um volume considerável, é uma grana que nem todos têm condições de pagar.

O governo fala que será em 60 vezes. Não importa. Eles vão tirar, em média, R\$50 por mês do salário, e os aposentados já têm muitas outras despesas. Muitos deles gastam muito com remédios, muitos deles estão endividados no BRB, muitos deles têm dívidas com familiares, com netos, com filhos.

Na minha avaliação, é uma cobrança injusta. Foi o governo que errou, foi o Iprev que errou. Depois de 5 anos, não é justo eles cobrem dos aposentados e pensionistas.

Portanto, queremos pedir o apoio de todos os deputados e todas as deputadas desta casa para que, na terça-feira, seja aprovado o projeto de lei complementar que protocolamos e que discutimos ontem nesta casa a fim de que o governo não faça mais essa cobrança.

O que faremos ao aprovar essa proposição? Vamos alterar o projeto de lei que o governo enviou em 2020 e passaremos a cobrar o valor dos aposentados apenas de 2021 em diante. Aquele recurso que deveria ter sido cobrado nos meses de novembro e dezembro de 2020 não será descontado pelo governo.

Faço esse apelo para que, na próxima terça-feira, o projeto, já pautado e discutido no Colégio de Líderes, seja apreciado. Precisamos tirar essa carga dos aposentados. Se o governo não pode renunciar esse desconto, a Câmara Legislativa pode. Não há vício de iniciativa no projeto. Eu já conversei com muitos assessores, inclusive assessores jurídicos de outros parlamentares, que afirmam que não há vício.

Está nas mãos da Câmara Legislativa retirar esse desconto que, na nossa avaliação, é injusto. O erro não foi dos aposentados ou pensionistas. Se o governo tivesse feito isso lá atrás, não estaríamos com esse problema agora.

Portanto, reforço o apelo para que esta casa faça um gesto importante para os nossos servidores – que dedicaram suas vidas ao serviço público do Distrito Federal –, aprovando esse projeto. Podemos resolver um problema para o próprio Governo do Distrito Federal, ajudando-o a não cometer essa injustiça com esses trabalhadores.

Era isso, presidente. Esperamos que, na terça-feira, aprovemos esse projeto nesta casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Eu registro as presenças da deputada Jaqueline Silva e do deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, em primeiro lugar, queremos registrar a presença de alunos do grêmio estudantil do Centro de Ensino Médio Paulo Freire, da Asa Norte, de Brasília. Eles vieram a esta casa em busca de apoio para melhorar a situação naquele colégio. São meninos e meninas extremamente inteligentes e realmente dedicados à luta pela causa. Nós os ajudaremos como pudermos para melhorar a situação do Centro de Ensino Médio Paulo Freire, na Asa Norte.

Deputado Ricardo Vale, vossa excelência tem inteira razão. O erro é do Governo do Distrito Federal. Ele não pode, em hipótese alguma, penalizar os aposentados, que já estão muito

penalizados. Todos sabemos que os aposentados viram arrimo de família. Hoje, a maioria das pessoas aposentadas têm netos, bisnetos, e ajudam a família a sustentá-los. Portanto, qualquer dinheiro faz falta para eles. Não adianta o governo dizer que quer fechar as contas e que precisa desse dinheiro para isso.

Se o governo precisa tomar dinheiro de aposentado, é porque a situação está realmente grave. Se é dito que esse dinheiro se destina a ajudar a fechar as contas, é porque o Governo do Distrito Federal está quebrado. Há poucos meses, ele dizia que estava nadando em dinheiro. Nós sabemos que o Fundo Constitucional cresceu mais de 74%. Se ele está crescendo nesses últimos 4 anos, como isso aconteceu?

Deputado Ricardo Vale, já estivemos em uma situação semelhante. Uma vez, o Governo do Distrito Federal errou na cobrança das mensalidades de locatários de casas na Samambaia. Eram 6 mil casas. O governo errou; não cobrou e, depois, veio cobrar retroativamente. Eu elaborei um projeto de lei nesta casa – foi durante o governo Arruda –, apresentei o projeto, e o governador sancionou a lei. Aqueles moradores de 6 mil casas na Samambaia não tiveram que pagar. Portanto, é a mesma coisa que tem que ser feita. E não adianta virem dizer que essa situação é tributária. O deputado pode fazer isso, sim. Eu estou fechado com vossa excelência a respeito da aprovação desse PLC, que tem que ser na terça-feira. Nós temos que livrar os aposentados. Cada aposentado vai pagar cerca de R\$2.500. De quem ganha R\$6.000, se são descontados R\$2.500, praticamente um terço do salário foi embora.

Dito isso, presidente, quero falar do *blog* de um cidadão que disse que nossa bancada sabotou a votação ontem. É mentira! A bancada exerceu o direito regimental da obstrução. É assim que agimos. Portanto, esse *blog* é mentiroso. Mas o mais grave é que ele recebe dinheiro desta casa. Existe uma lei que determina que 10% do recurso de publicidade sejam para essas coisas. Está na hora de repensarmos isso. Eu não quero que ninguém fale bem de mim, mas não quero que mintam. Se faço alguma coisa errada, publiquem. Mas não venham mentir, dizer que houve sabotagem, porque isso é coisa de canalha. São os canalhas que agem assim.

Nós somos contra esse projeto. Vamos continuar contra esse projeto. Vamos lutar até as últimas consequências contra ele. E não existe sabotagem nenhuma. Esse sujeito desse *blog* quer prestar serviço à extrema-direita? Então, fale a verdade. Não venha mentir. Mentir é muito feio. Mentira é coisa de canalha. E canalha eu não tolero!

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, estou falando pelo Bloco A Força da Família, com a autorização do meu líder, deputado João Cardoso, por quem nutro uma amizade e uma admiração profunda. Obrigado, deputado João Cardoso, pelas palavras de vossa excelência, hoje pela manhã, dirigidas a mim.

Cumprimento vossa excelência, deputado Ricardo Vale, que preside esta sessão, os demais deputados presentes e as pessoas que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Começo parabenizando todo os professores do Distrito Federal por este dia tão importante. Já os parabenizei em minhas páginas e já mandei cumprimentos a muitos professores. Quero desejar aos professores do Distrito Federal meus mais sinceros parabéns pelo brilhante trabalho que vocês fazem em prol da educação do Distrito Federal. Sei o quanto é sofrido ser um professor, mas eu falava hoje com alguns professores que essa é uma missão. E de missão não abrimos mão. Quem dá a missão para nós é Deus. E, quando Deus dá uma missão para o homem – no sentido de homem e de mulher –, ele dá porque acredita. Deus não entrega nada às pessoas em quem ele não acredita. Aliás, é uma coisa extraordinária, Deus não conta com medroso e com covarde. Isso não faz parte do dicionário de Deus. Então, parabéns, professores!

Falando nisso, quero dizer uma coisa: estou muito feliz com os professores que são meus amigos. Inúmeras mensagens recebi hoje. Eu fiquei, confesso, até assustado com o tanto de mensagens de professores da Secretaria de Educação que recebi hoje em meu Whatsapp. Quero agradecer a vice-governadora, Celina Leão, que também me mandou muita matéria que ela recebeu, mostrando, deputado Thiago Manzoni, que os professores e os diretores são favoráveis à câmara de videomonitoramento na sala de aula.

Então, tal como falou o deputado Chico Vigilante, que me antecedeu, nós continuaremos firmes no nosso propósito de defender aquilo em que acreditamos. E é natural, pois esta casa é a casa parlamentar. Cada um vai defender aquilo em que acredita, e isso precisa ser feito com toda a força do mandato. O mandato é a máxima expressão da representatividade daquele que detém o maior poder, que é o povo. O maior poder pertence ao povo e o povo delegou esse poder para nós.

Muito obrigado por cada mensagem que recebi hoje dos professores, principalmente por conta de uma nota – e aqui vai a minha gratidão ao Sinpro, deputado Thiago Manzoni. Recebi muitas mensagens por conta de uma nota, de hoje, na página do Sinpro – invertendo, como sempre – sobre o ataque cometido ao Sinpro pelos deputados deputado Thiago Manzoni e deputado Pastor Daniel de Castro.

Eu venho aqui refutar peremptoriamente essa nota. Nós não atacamos o Sinpro. Nós fomos atacados por membros do Sinpro que estavam na galeria. Isso começou de lá para cá. Então, não mudem a pauta, nem mudem a narrativa. Quero guerra com o sindicato? De maneira nenhuma. Mas, se quiserem, não tem perigo, não. Eu não fujo da raia, não sou covarde, não tenho medo.

Agora, Sinpro, vou repetir o que falei – vale para vocês que estão me ouvindo, e aqui há representantes do Sinpro: vocês devem ser plurais, mas vocês tomaram uma posição, são esquerda. Todas as mensagens que recebi hoje no meu WhatsApp são de professores de direita, conservadores. Será que o Sinpro não para para pensar que ele é um conjunto que representa a totalidade dos professores e que hoje age como um braço estendido do PT? Sinpro, pare com isso, senão vou continuar fazendo a campanha que comecei hoje. Vou chamar os professores das nossas igrejas, cristãos, evangélicos, aqueles que são tradicionais, que defendem a família, para começarmos, em massa, a desfiliação do Sinpro, porque ele não nos representa.

Se o Sinpro quiser ir para essa guerra – estou deixando isso registrado nesta casa –, está aceita a guerra. E vocês têm um guerreiro, e lutarei contra vocês. É meu desejo? Não. Eu entendo que sindicato é necessário, é bom, não é ruim, desde que ele seja plural, que defenda todos. Eu nunca vi o Sinpro ou as escolas virem defender nesta galeria uma matéria que diz respeito a uma pauta tradicional. Eu nunca vi! No entanto, na votação de toda pauta ideológica da esquerda, eles lotam a galeria e começam a proferir palavras contra os deputados de direita quando eles falam aqui, inclusive atrapalham as falas. E ontem houve um exemplo disso.

Sinpro, infelizmente, mais uma vez, vocês mostram qual é o perfil de vocês. Se vocês fossem sinceros, vocês colocariam como nota: "O ataque cometido pelo Sinpro ao deputado Pastor Daniel de Castro e deputado Thiago Manzoni". Essa deveria ser a nota. Então, se vocês invertem a pauta, vocês estão chamando para uma guerra. Eu estou dizendo: está aceito. Vou começar uma campanha de desfiliação. Vou ter êxito? Não sei. O que sei é que eu sou pastor da maior denominação de Brasília, do Brasil e do mundo. A maior denominação cristã e evangélica do mundo se chama Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira. Pensem bem, nós temos 100 mil membros no Distrito Federal. Quantos desses não são professores?

Então, a partir de hoje, vou visitar minhas igrejas, vou ver quem é professor, vou incentivar a desfiliação, enquanto vocês não pararem de tratar a ideologia como pauta do sindicato. Ou vocês passam a ser plural... Aliás, minha esposa é professora, ela tem uns precatórios para receber em um processo em que quem atua é o advogado do Sinpro. Esse mesmo advogado, deputado Thiago Manzoni, tem conflito de interesse. Ele é o advogado que foi contra mim no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Aí você vê como é que eles trabalham. Mostram que não há pluralidade, porque

quem tem pluralidade não toma partido, não toma lado, defende todos.

A esquerda sempre fala: "O Estado é laico". Até concordo, mas ser laico não é deixar de ter religião. O Estado não tem religião. Está certo, mas ser laico significa – há muita diferença entre laico e laicidade – abraçar todos que confessam qualquer tipo de religião. Ser laico é abraçar e proteger todos e dar guarida a todos! Inclusive, as forças de segurança são obrigadas constitucionalmente a proteger os ambientes de culto de todas as religiões que pertencem a este Estado laico.

Sinpro, acho que é tempo de se baixar um pouco a bola e partir para o diálogo. Além disso, não adianta mandar carta para o meu gabinete, pedindo conversa comigo. Repito: o Sinpro mandou carta para o meu gabinete. Imagino que tenha mandado para todos os gabinetes. Deputado Thiago Manzoni, não conversarei sozinho com o Sinpro. Só conversarei com membros do Sinpro se eles aceitarem conversar comigo, com vossa excelência e com o deputado Roosevelt. Já que somos atacados por eles, que venham conversar conosco coletivamente, não individualmente.

Agradeço e respeito o ofício que o Sinpro mandou, mas não haverá com este deputado conversa individual. Se quiserem conversa coletiva, eu aceito.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e aqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, quero trazer uma excelente notícia para o Distrito Federal: a Secretaria de Educação do Distrito Federal autorizou concurso público. Deputado João Cardoso, vossa excelência é militante da causa dos concursados e auditor do GDF, essa é uma grande e excelente notícia para todos nós. Esse é o resultado do empenho do governador Ibaneis Rocha e da secretária Hélvia Paranaguá, pelo bem do Distrito Federal. Serão convocados imediatamente 2.650 professores para ocupar os espaços da Secretaria de Educação, para suprirem a necessidade dos quase 10 mil ou mais de 10 mil professores.

Quero parabenizar o governador Ibaneis Rocha por, mais uma vez, ser um dos recordistas entre os governadores do Distrito Federal. Foi ele que mais chamou concursados em toda história do Distrito Federal, desde que a Câmara Legislativa foi fundada, em 1991. O governador Ibaneis Rocha é recordista e mostra que tem compromisso real com todas as categorias de servidores do Distrito Federal, em especial com os servidores da educação.

Serão 1.879 cargos de professor da educação básica, 40 horas semanais; 50 cargos para pedagogos orientadores-educacionais; 171 vagas para gestor em Políticas Públicas e Gestão Educacional, 40 horas semanais; 300 vagas para o cargo de analista de Políticas Públicas e Gestão Educacional, 40 horas semanais; 250 cargos de analista de Políticas Públicas e Gestão Educacional, na especialidade monitor, 30 horas semanais; 5.638 vagas para professor da educação básica, 40 horas semanais; 516 vagas para gestor em Políticas Públicas e Gestão Educacional, 40 horas semanais; 900 vagas para analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, 40 horas semanais, e 750 convocações para analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, especialista monitor, 30 horas semanais.

Quero ressaltar a importância da nossa atividade nesta casa, uma vez que representamos a voz do povo. Em diversas reuniões políticas, as pessoas nos perguntavam quando o governador iria realizar concurso público. Está aí a resposta diante de diversas reivindicações ao governador, Ibaneis Rocha, à vice-governadora, Celina Leão, e à secretária de educação, Hélvia Paranaguá. A população do Distrito Federal foi contemplada por mais de 10 mil vagas que serão abertas pela Secretaria de Educação.

Quero parabenizar o governador Ibaneis, que mais uma vez está atendendo à demanda desta casa, e em especial a base, que sempre cobrou e apresentou ao governador a necessidade de não ficar apenas com as pessoas com contrato temporário na Secretaria de Estado de Educação. Fomos questionados diversas vezes, e aí está a resposta para a população do Distrito Federal: mais um concurso público aberto, publicado no dia 14 de outubro deste ano de 2025. Deixo esse registro e o meu agradecimento ao governador Ibaneis. Parabéns!

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Iolando.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Presidente, primeiramente, registro a minha gratidão a Deus por mais uma oportunidade de estar entre amigos neste parlamento.

Hoje é um dia especial: o Dia dos Professores. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. A todos os professores do nosso Distrito Federal, a todos os professores do nosso país, aquele abraço e muito obrigado por realmente terem paciência e compartilharem conhecimento com a sociedade brasileira.

Meus 4 filhos estudam na rede pública de ensino do Distrito Federal, em São Sebastião. Meu neto, Antoni Fernando Rogério, também estuda em São Sebastião e vai continuar estudando, porque acredito na educação pública.

Quero aproveitar o momento para pedir à nossa secretária de Educação, Hέλvia, minha conterrânea, que olhe com carinho para São Sebastião, e que o governador do Distrito Federal autorize a construção de mais escolas lá, já que há 3 terrenos indicados para a construção dessas escolas. Estamos também em tratativas sobre mais um terreno dentro do Morro da Cruz, precisamente próximo ao Ferro Velho do Galego, como o estabelecimento é conhecido. Ainda, há no Residencial Oeste uma área para se construir uma escola especial.

Precisamos, sim, investir juntos em educação. Somente a educação transforma a vida das pessoas. Quero deixar meu agradecimento e um abraço a todos. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, deputados, deputadas, servidores, quem acompanha a TV Câmara Distrital, cheguei agora há pouco de uma fiscalização da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa na Colmeia. Para quem não sabe, a Colmeia é o presídio feminino do Distrito Federal, localizado na divisa do Gama com Santa Maria. É uma unidade que hoje conta com cerca de 805 internas.

Cheguei lá cedo com a Erika Kokay. Esperávamos passar um período, e ficamos quase o dobro desse tempo na unidade, entrevistando as internas e conversando com a equipe para entender a situação.

Infelizmente, há uma situação degradante, com muitas denúncias de violação de direitos humanos no presídio feminino. Isso chama muito nossa atenção. Sempre digo aqui que, quando discutimos o sistema penitenciário, precisamos pensar nos objetivos do sistema. Obviamente, há o objetivo da responsabilização pelo crime cometido, mas também existe um objetivo fundamental: a ressocialização. Queremos que essas pessoas voltem à sociedade melhores do que entraram no sistema.

Entretanto, quando o sistema não gera oportunidades do ponto de vista pedagógico, de trabalho, de educação, de convivência familiar, de atendimento psicossocial, aquilo se torna uma máquina de moer gente, uma máquina de violação de direitos humanos.

Presenciei ali 9 grávidas e uma lactante com um bebezinho de 1 mês no colo dentro do sistema. Elas se emocionaram ao falarem conosco naquela sala horrorosa. O tratamento é indigno de tal forma não tem a mínima possibilidade de produzir os efeitos que a sociedade espera e que o orçamento público prevê – o sistema penitenciário é um sistema caro.

São muitas denúncias de violação de direitos humanos, em todas as alas. Nas alas de regime semiaberto, as pessoas não estão conseguindo ir trabalhar porque ainda não conseguiram uma vaga de emprego; há pessoas que estão aguardando ainda a análise de faltas disciplinares, que são reiteradas, porque o presídio não dá conta do processo.

Agora, com a luta salarial dos servidores, eles não estão aderindo ao voluntariado. Falta efetivo, faltam servidores para que as atividades aconteçam na unidade.

Existe um estado de ilegalidade hoje no sistema prisional do Distrito Federal. Refiro-me especificamente ao presídio feminino que visitei hoje. Isso tem a ver com uma condição estrutural de precarização, de indignidade e de abandono.

Nós precisamos olhar para a defesa da dignidade das pessoas. Este é um dos meus papéis como deputado distrital: alertar a sociedade de que a unidade prisional não está cumprindo o papel que a sociedade, por meio da legislação, designou a ela. A unidade prisional hoje não cumpre o papel de ressocialização se não há ensino, se não há profissionalização e se não há respeito aos direitos humanos.

Aquelas mulheres sairão dali em qual condição, com qual oportunidade para enfrentar a sociedade depois de cumprirem o que lhes foi determinado ali dentro? É uma situação muito ruim. Volto de lá com esse conteúdo ainda quente do que vivenciamos, do que ouvimos e do que vimos. É lamentável que tenhamos instituições que, infelizmente, não recebem o mínimo de atenção do Estado para atuar.

Eu gostaria de dizer aos parlamentares que nós da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa vamos produzir um relatório, elencando todas as denúncias, desde o atendimento em saúde, à indignidade, à falta de condições mínimas, à falta de servidores.

O relatório será encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Secretaria de Administração Penitenciária, por se tratar de uma fiscalização para garantir não só o direito das presas que estão no sistema prisional feminino, mas também para garantir o direito de toda a sociedade, porque nós queremos que elas retornem melhores à sociedade. Nós queremos enfrentar o ato infracional cometido. Para isso, é necessário haver ressocialização e, para que haja ressocialização, é preciso haver política pública que funcione com qualidade. É por isso que nós fazemos essa fiscalização, não só pelos direitos humanos delas, mas também pelos direitos humanos de todos. É pensando na sociedade de forma geral.

Então, trago esse relato hoje aqui, presidente, para dizer que nós vamos tomar todas as providências para dar visibilidade e levar essas denúncias às instâncias que também podem agir para que enfrentemos esse estado de ilegalidade que ainda existe no sistema prisional do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt. (Pausa.)

Está encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Deputado Ricardo Vale, presidente

desta sessão, boa tarde. Boa tarde a todos os presentes neste plenário e aos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Hoje, dia 15 de outubro, deixo aqui a nossa homenagem, o nosso respeito, a nossa solidariedade a todos os professores e todas as professoras do Distrito Federal e do Brasil. Que esta casa possa lutar e ser sempre o fiel da balança na luta por mais garantia de direitos, melhor remuneração e melhores condições de trabalho aos nossos professores e às nossas professoras, que seguem a missão difícil de educar as novas gerações! Eu falo difícil porque, nas condições que têm hoje, eles fazem, literalmente, um milagre.

Presidente deputado Ricardo Vale, durante a pandemia, nós, infelizmente, fomos jogados para a necessidade de ajudar os nossos. A fome se escalonava de forma substancial, pessoas que nem estavam no Bolsa Família perderam renda e começaram a passar por uma crise severa, e nós organizamos umas frentes de apoio e solidariedade a essas famílias, nos nossos territórios.

Começamos, deputado Ricardo Vale, a comprar cesta básica. Nós não somos a favor, deputado Chico Vigilante, da doação da cesta básica por si só. Somos a favor da autonomia popular, de a pessoa ter o recurso dela, o cartão dela na mão para ir ao mercado adquirir o produto que gosta e comer o produto de que culturalmente necessita.

O grande desafio dessas cestas eram os conteúdos delas. Às vezes, havia produtos com alto teor de sódio, ultraprocessados, industrializados e, apesar de seus rótulos os descreverem como "alimentos", não eram nutritivos, não tinham uma base nutricional. Certa vez, deputado, eu testemunhei um triste caso em uma cidade do DF, ao fazer essa entrega para uma família e ouvi-la dizer que conseguiu, deputado Martins Machado, a mistura do mês. Ela falou que conseguiu um recurso e comprou um extintor de carne. Eu fiquei pensando o que seria esse extintor de carne. Ela comprou aquele tubo de mortadela gigante, ultraprocessada, e falou: "Isso aqui garante a mistura da minha família para 1 mês". Aquilo não é um alimento. Possui, inclusive, alto teor cancerígeno. Mas é ao que a nossa população acaba sendo sujeita, pelas condições de renda, por serem esses produtos muito mais baratos do que os produtos naturais.

Por que eu fiz essa introdução, deputado Ricardo Vale? Porque, infelizmente, o Distrito Federal amarga a insegurança alimentar. Nós saímos de cerca de 24% e fomos para 27%, aumentando o índice da média nacional da insegurança alimentar. Nós somos a capital do país! Isso não é admissível em nenhum lugar do mundo! Enquanto, no Brasil todo, nós tiramos mais de 8 milhões da extrema pobreza e da fome, o DF cresce em insegurança alimentar. Quando falo em insegurança alimentar, é porque grande parte dessa população não faz as 3 refeições necessárias.

Nós temos uma série de políticas voltadas para isso, sem dúvida nenhuma. Há os restaurantes comunitários, que, de certa forma, impulsionam a rede, mas precisamos de mais. Precisamos das cozinhas comunitárias, dos quintais produtivos, das hortas comunitárias.

É melhor garantir a sustentação dessas famílias. E, aí, eu quero dizer onde está o cerne do problema, que culminou na nossa insegurança alimentar, na capital do país, que amarga esses dados, que não baixaram nos últimos 2 anos: segundo o IBGE, analisando o ano de 2022, o Distrito Federal é a unidade da Federação com a maior renda *per capita*. Somos 83,1% superior à média nacional, algo em torno de R\$3 mil.

Sabem qual é o problema? É que, ao analisar a alta taxa *per capita* do Distrito Federal comparada ao índice de Gini, que mede a desigualdade, caímos em contradição, o Distrito Federal também é *top 1* em desigualdade. Enquanto somos a unidade da Federação com a maior renda *per capita* no país, também somos a cidade da federação com o pior indicador do índice de Gini, o que mostra a desigualdade nesta cidade.

O que isso quer dizer? Alta concentração de renda em determinados setores, em determinados locais. Enquanto o Plano Piloto e o Lago Sul têm a renda *per capita* da Noruega, deputado Joaquim Roriz Neto e senhor presidente, a da Estrutural se assemelha à do Congo. Não são 15 minutos de distância entre um território e outro.

Precisamos buscar uma saída concreta para isso, como: melhorar a qualificação profissional; buscar igualdade salarial; fomentar a educação integralizada com processo real; promover a transferência de renda na ponta, para superar a extrema pobreza e a pobreza na capital do país.

Vim aqui fazer a denúncia de que a capital do país tem esse triste dado para a nação brasileira: somos uma cidade desigual, criada para que não haja tensão social.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Não há mais nenhum deputado inscrito. Encerro o comunicado de parlamentares.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Conforme o disposto no art. 174, § 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias.

(Os líderes se manifestam favoravelmente.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, hoje é outro dia. Ontem, em razão do projeto da discórdia, o projeto da Defensoria Pública não foi votado.

Como hoje é outro dia, sugiro que vossa excelência – e vossa excelência tem poder para isso – coloque como primeiro item da pauta o projeto da Defensoria Pública. Em seguida, discutiremos o resto. Vossa excelência pode fazer isso sem consultar ninguém.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, há uma solicitação do governo para que o projeto da Defensoria Pública seja votado hoje. O projeto da Defensoria Pública será votado hoje, mas o acordo do Colégio de Líderes não é revogado tacitamente porque houve 1 noite entre 2 dias. Não é assim que funciona. Fizemos o acordo, a ordem da pauta do dia foi definida no acordo do Colégio de Líderes. Não é porque não houve votação ontem que hoje o acordo não vale. O acordo é válido, e nós votaremos todos os projetos hoje.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Quero fazer um apelo aos deputados da base. Se nós não votarmos o projeto da Defensoria hoje, ele ficará prejudicado. Não haverá como apreciar e votar o projeto. Então, a primeira coisa que quero acertar com todos é a votação desse projeto hoje.

Conversei há pouco com o secretário Gustavo Rocha, que fez um apelo para que nós não deixássemos de votar esse projeto da Defensoria. Ele pediu que nós fizéssemos um esforço aqui – todos nós, base e oposição – para que votássemos esse projeto.

A minha preocupação é que, se a base do governo insistir – e vocês estão certos, pois ontem, no Colégio de Líderes, eu estava presente e foi acertado que votaríamos o projeto das câmeras de monitoramento como primeiro ponto da pauta –, como alguns deputados não irão votar nesse projeto, podemos perder o quórum e não votar nem um nem outro.

Por isso, faço um apelo para que possamos votar o projeto. Esse pedido, inclusive, é fruto de uma conversa que tive há pouco com o secretário Gustavo Rocha, que destacou a importância, tanto para a Defensoria quanto para o Governo do Distrito Federal, de não deixarmos de votar esse projeto hoje.

Portanto, peço que tenhamos bom senso neste momento e que construamos essa possibilidade.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, hoje eu também conversei com o secretário Gustavo e, a pedido do nosso secretário de Relações Parlamentares, Maurício, e do líder de governo, quero esclarecer que a minha posição pessoal já está externada.

Deputado Hermeto, tendo em vista o respeito que eu tenho por vossa excelência, bem como ao secretário Maurício e ao secretário Gustavo, e considerando a situação apresentada pelo doutor Celestino, nós não nos oporemos à votação do projeto da Defensoria Pública. Eu votarei, se ele for o segundo da pauta.

Contudo, se houver acordo e a maioria dos líderes decidir inverter a ordem da pauta, nesse caso, eu não votarei, pois não quebrarei o acordo que fiz, mas há quórum para votar. Portanto, a minha ausência na votação não atrapalhará. Nesse caso, pedirei desculpas ao doutor Celestino e à Defensoria Pública. Não se trata de uma questão contra a Defensoria Pública, mas de respeito ao acordo feito entre os deputados, que, na minha concepção, deve ser cumprido.

Deputado Hermeto, vossa excelência, como líder do governo, pode orientar a bancada em sentido contrário. Apenas preciso registrar minha posição, que será mantida.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, estou muito tranquilo. Primeiro, registro que o doutor Celestino está aqui – inclusive, conversei com ele por telefone hoje e mantenho minha posição. No Colégio de Líderes ontem, falei que votaria o projeto da Defensoria, e mantenho minha palavra.

Hoje pela manhã, conversei com o secretário Gustavo Rocha, com a governadora em exercício, Celina Leão, e deixei clara minha posição. Quem me conhece nesta casa sabe que não volto atrás na minha palavra. Nosso acordo está mantido, nada foi desfeito, a não ser que haja uma nova consulta no Colégio de Líderes. Votaremos primeiro o projeto das câmeras de videomonitoramento. A Defensoria terá meu apoio e meu voto, desde que votemos o projeto das câmeras de videomonitoramento antes. Se não for assim, e se houver outro acordo, não retirarei minha palavra. Não votarei, mas estarei aqui, e espero que isso não cause nenhum prejuízo. A minha palavra e a minha posição permanecem as mesmas de ontem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, a primeira coisa que precisa ficar clara é que ocorre acordo quando todos os líderes concordam, e aí a matéria vem ao plenário. No caso, o que houve foi uma votação: por maioria, a base do governo decidiu votar primeiro esse projeto da discórdia. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, deixamos claro que não estávamos de acordo – portanto, não houve acordo – e que iríamos levantar o debate em plenário, obstruir e votar contra. Dissemos isso claramente. Portanto, acordo é quando todos os líderes concordam. Aí sim, é acordo. Não houve acordo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, no mesmo sentido, acho que há uma definição conceitual que precisa ser diferenciada. Quando fazemos um acordo com 100% dos parlamentares em relação a um projeto, todos cumprem. Mas, quando o Colégio de Líderes impõe uma decisão por maioria, isso não significa que todos concordam com a votação daquela forma no plenário. Isso é claro! Isso é óbvio! Trata-se de não criar uma invenção em torno daquilo que foi discutido e deliberado no Colégio de Líderes.

O que nós queremos é votar o projeto da Defensoria e, depois, fazer a disputa política em torno dos outros projetos em que há divergência – isso é natural. Há consenso em qual projeto? No projeto da Defensoria. Vamos votar o projeto em que há consenso e, depois, vamos fazer a disputa política nos outros projetos. O que não dá é, de forma extremista, alguns setores, tanto da esquerda quanto do governo, quererem colocar a faca no pescoço do parlamento – é isso que não dá para fazer!

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, é incrível a capacidade de alguns de levar os fatos para o lado que é mais conveniente. É claro, não existe unanimidade nesta casa. A oposição é minoria nesta casa e nunca vai conseguir vencer nem no voto.

Eu solicito que nós cumpramos o previsto: o que foi estabelecido no Colégio de Líderes. Senão, presidente, faça a verificação de presença. Vão verificar que eu fiz um compromisso de que votaria respeitando o que foi estabelecido no Colégio de Líderes. Faça a verificação de presença, e nós vamos ver o que fazer. Da forma como está, fica complicado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, o painel está mostrando 16 deputados.

Eu quero deixar claro que o nosso entendimento é votar primeiro o projeto da Defensoria. Sem a votação do projeto da Defensoria, eu oriento a nossa bancada a entrar em obstrução. Nós 3 estamos em obstrução.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Eu acabei de pedir verificação de presença.

Convido o deputado Roosevelt a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pessoal, mais uma vez, eu vou fazer uma consulta aos líderes para atender à solicitação, de hoje, do deputado Chico Vigilante, que disse: "Hoje não é ontem. Hoje é hoje!" Ele solicitou inversão de pauta para que votássemos primeiramente o projeto da Defensoria Pública.

Portanto, eu vou fazer uma consulta aos líderes para não acontecer hoje o que aconteceu ontem, quando não conseguimos votar o projeto da Defensoria, porque o debate sobre o projeto das câmeras nas salas de aula das escolas vai ser longo, vai ser demorado. Por isso, eu vou fazer a consulta para saber se é isso mesmo, se vamos iniciar esse debate do projeto das câmeras ou se

vamos inverter a ordem e votarmos primeiramente o projeto da Defensoria.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Senhor presidente, deixo claro, como líder do PL, que não admitiremos inversão de pauta e que, caso ocorra a inversão de pauta, o PL entrará em obstrução e sairá do plenário.

Solicito a todos os colegas que reafirmemos o previsto no Colégio de Líderes, lembrando que, na terça-feira passada, a maioria estava presente para votar o projeto, houve um acordo, nós cedemos para discussão no Colégio de Líderes, foi discutido no Colégio de Líderes, foi estabelecida a ordem de votação de ontem, que não foi cumprida, e, mais uma vez, a esquerda se utiliza de mecanismos regimentais para obstruir a discussão e a votação nesta casa.

Solicito aos nobres colegas, em especial às lideranças, que reafirmemos o previsto no Colégio de Líderes, deixando claro que o PL entrará em obstrução caso haja a inversão de pauta.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu não vou entrar no mérito de obstrução ou não obstrução, porque é algo regimental, deputado Roosevelt, mas quero dizer, em nome do Bloco A Força da Família, outorgado pelo meu líder deputado João Cardoso, que nós vamos cumprir *ipsis litteris* o que foi votado. Se quiserem, consultem de novo, mas, se porventura houver a inversão da pauta, o Bloco A Força da Família também entrará em obstrução e nós sairemos do plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, está claro quem está contra o projeto da Defensoria. Esse tal de projeto de câmeras, ninguém nem sabe quando o governo vai implementar isso, até porque ele é inconstitucional. Não está discriminado no projeto o que vai ser gasto, qual a despesa. Há todo tipo de falha. Estão querendo colocar câmera dentro de sala de aula, sendo que já há no pátio das escolas, na área comum de uso.

Portanto, a nossa proposta é clara: vamos votar primeiro o projeto da Defensoria e depois nós podemos debater esse projeto do videomonitoramento até de madrugada. Todavia, queremos votar primeiro o projeto da Defensoria.

E vamos votar contra o projeto! Deputado Ricardo Vale, vossa excelência, eu e o deputado Gabriel Magno vamos votar contra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, são 2 coisas: a primeira, se eu entendi o que o deputado Chico Vigilante falou, se votarmos o projeto da Defensoria, sua excelência não vai obstruir a votação do projeto das câmeras. Eu não sei se eu entendi certo.

Segundo, só para trazer um esclarecimento a todos os deputados, em relação ao projeto de minha autoria e do deputado Roosevelt, foram acatadas 2 emendas: uma emenda da deputada Dayse Amarílio e outra do deputado Jorge Vianna que vão na mesma direção, que é da não obrigatoriedade de se colocar a câmera. Então, a utilização das câmeras é facultativa a critério da diretoria das escolas. Esse era um ponto muito importante para muitos dos parlamentares que fizeram o debate, e as emendas foram acolhidas.

O substitutivo, com a implementação facultativa, deputado Jorge Vianna, já está no sistema.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu acho que há avanços. A discussão e a obstrução estão produzindo efeitos até mesmo do ponto de vista das emendas. A voz das escolas já está sendo ouvida. O fato de se acatar uma emenda que faculta a implementação já é um passo. Eu não minimizo isso, porque acho que é importante que os deputados sejam escutados. Nós percebemos que a bancada – que estava mais radicalizada – não tinha os votos suficientes diante do conteúdo que estava posto. Houve inflexões e aportes ao processo que já representam um passo no sentido de melhorar aquilo que pode ser aprovado por esta casa. Esse é o primeiro registro que faço.

O segundo, presidente, é que eu acho que mesmo assim estamos errados. Sabe por quê, deputado Hermeto? Vossa excelência sabe o tempo pelo qual está tramitando aqui o meu projeto de câmeras corporais para os policiais – vossa excelência é policial. Sabemos o tanto de denúncias sobre violência policial que existe na sociedade. Sabemos que isso é real, que existe, que precisa ser apurado. Nem por isso, eu, que sou autor da lei, deixei de fazer audiências públicas. Inclusive fiz audiência com as associações dos praças para debater o tema.

O que está se impondo aqui é um debate sobre segurança nas escolas, deputado Jorge Vianna – imagine isso –, sem a participação dos professores. O projeto do deputado Roosevelt nunca foi debatido com os professores. Imaginem se quiserem colocar câmeras nas salas dos técnicos de enfermagem, nas salas de medicação e não quiserem debater com o Sindate. Presidente, basicamente é isso o que se está tentando impor aqui, nesse processo.

Como o deputado Chico Vigilante já falou, o projeto é inconstitucional, porque não podemos gerar gastos para o poder público. O projeto vai cair amanhã, porque vamos entrar na justiça. Vai cair, tudo bem. Vamos gastar dinheiro público e vai cair. O projeto que será discutido hoje poderia ser submetido a um mínimo de debate com a categoria. Como o deputado Pastor Daniel de Castro falou, há muito professor a favor, há diretores a favor – ele deu esse relato aqui. Então, vamos abrir o debate para a população antes de votar o projeto.

Se for para colocar câmera nos delegados e demais policiais civis, vamos discutir com os sindicatos. Se for para colocar câmera nos técnicos de enfermagem, vamos discutir. Entretanto, fazer como estamos fazendo aqui – quero dizer a vossas excelências – está errado. Nós estamos votando um projeto por birra. Está errado.

A nossa obstrução até aqui já valeu, deputado Chico Vigilante. A situação está melhorando. Estou dizendo que não deveria ser esse o método desta casa, porque a nossa pauta é democrática. Nesse caso, queremos ouvir não só a categoria, mas a comunidade escolar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu vou renunciar à fala, porque acho que se completou o quórum agora.

Obrigado.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, eu quero registrar meu agradecimento ao deputado Thiago Manzoni e ao deputado Roosevelt, porque, desde ontem, eles sinalizaram que iriam acatar uma emenda que fiz. Essa emenda oportuniza aos diretores e à comunidade escolar implantar ou não as câmeras. Isso não tem nada a ver com obstrução, mesmo porque hoje temos quórum suficiente para votação, ainda que eu não votasse, ainda que eu concorde, em várias partes, com os

deputados. Então, não foi obstrução.

Eu agradeço ao deputado Thiago Manzoni a sensibilidade, porque, no fundo, o que os parlamentares estão fazendo é dando uma autorização para o governo instalar câmeras. Para deixar claro para o deputado Fábio Félix: talvez, o projeto de ontem fosse inconstitucional, mas o de hoje, que faculta a implantação a critério da administração, tira a inconstitucionalidade. Eu acredito que agora o projeto esteja redondo. Cada direção, cada comunidade escolar de cada lugar pode fazer a avaliação a respeito das câmeras.

O interessante é que esse projeto está sendo bem elaborado aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal, porque ele está provocando o Estado, está autorizando o Estado e está dizendo ao Estado que nós, representantes da população, queremos uma ação dele.

Porém, a decisão é exclusiva para aquela região. Talvez, se nós realizássemos uma audiência pública nesta casa, viessem pessoas que não teriam a palavra final. A finalização deve ficar com a comunidade do Sol Nascente, que talvez não viesse até nós.

Portanto, realizar as discussões e audiências em cada região é muito mais proveitoso do que fazê-las na Câmara Legislativa.

Parabéns, deputado Thiago Manzoni. Obrigado por ter acatado a emenda.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, quero dizer que fizemos um acordo no grupo dos deputados. Os parlamentares da base sabem do acordo que fizemos sobre o uso da palavra. Se começarmos a enveredar em outros assuntos, não vamos alcançar o objetivo.

Por favor, vamos cumprir o combinado. Nós sabemos que alguns não conseguem deixar de falar, que a vontade é mais forte do que ele. Peço que controlem essa vontade.

Muito obrigado, presidente.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, queremos apenas contribuir com esse projeto. Nós acreditamos que ele é de suma importância para o Distrito Federal. Eu parablenizo o deputado Roosevelt e o deputado Thiago Manzoni pelo excelente projeto apresentado nesta casa.

Outras casas legislativas do país, como em Porto Alegre, aprovaram projeto que impõe câmeras de áudio e vídeo em todas as salas municipais. Em Balneário Camboriú, Santa Catarina, o projeto também foi aprovado. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, também se aprovou o monitoramento por câmeras em todas as salas de aula. Em Cuiabá, Mato Grosso, também se aprovou a lei que estabelece o monitoramento no ensino municipal. Por fim, em Florianópolis, Santa Catarina, foi aprovado projeto de lei que torna obrigatória a instalação de câmeras em todas as unidades educacionais do município e do estado.

Presidente, isso não acontece só no Distrito Federal. Vemos esse projeto reverberar no país. No Distrito Federal, temos certeza de que a proposição será aprovada. É uma iniciativa salutar para a proteção das nossas crianças.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, sou totalmente favorável a que sigamos o acordo e que votemos conforme o combinado no Colégio de Líderes. Como falei ontem, não retiro um ponto, uma vírgula do que eu disse. Quem quiser votar sim ou não fique à vontade

para fazê-lo. Temos que ter essa liberdade.

Deixo bem claro que a base tem que dar exemplo, tem que estar unida. Não podemos depender da oposição para votar projeto de governo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, primeiramente o deputado Rogério Morro da Cruz tem que entender que todo lugar tem base e oposição. A oposição tem o direito de se manifestar. Isso é regimental.

Na maioria das vezes, deputado Rogério Morro da Cruz, projetos importantíssimos do governo são garantidos pela oposição com a sustentação do quórum. Quantas vezes o próprio governador Ibaneis já ligou e pediu para a oposição votar favoravelmente a um projeto? Nós resolvemos com diálogos.

Portanto, não venha com esse atropelamento, porque isso não funciona. Vocês estão vivendo um momento eufórico, doidos para votar a matéria e ir embora. Eu posso ficar aqui até a madrugada. Eu sou vigilante. Eu posso virar a noite aqui e debater vírgula por vírgula esse projeto. Nós temos mecanismos regimentais e vamos usá-los. Esse projeto não está com urgência regimental, portanto há mecanismos a serem usados.

Eu propus ao deputado Pastor Daniel de Castro que assumamos um compromisso. Tendo em vista que o projeto não está em regime de urgência e que há mecanismos para fazermos com que ele fique mais tempo sendo discutido, estou propondo para os donos do projeto que marquemos a votação para a próxima terça-feira. Nós vamos votar contra, mas garantimos o quórum. Hoje, vocês vão ver, daqui a pouco, se haverá quórum. Vamos ver! Existem dispositivos que vão ser usados. Nós vamos usá-los. E vamos usá-los dentro do Regimento Interno. Nós estamos avisando.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, foi importante o anúncio do deputado Iolando de que há proposições similares em outras casas legislativas do Brasil. Ele começou dando o exemplo de Santa Catarina. Eu vou ler uma matéria de 17 de julho de 2025 – recente –, que está no portal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A matéria diz: " TJSC proíbe câmeras em salas de aula por violação à liberdade de ensinar e aprender. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça declarou inconstitucional a instalação de câmeras de vigilância dentro de salas de aula e salas de professores nas escolas públicas [...] A decisão se baseou no entendimento de que a medida restringe, de forma desproporcional, direitos fundamentais ligados à liberdade de ensinar, aprender e preservar a imagem. O Ministério Público do Estado propôs a ação com fundamento na Constituição Estadual e na Constituição Federal. A norma questionada obrigava a instalação de câmeras em todas as áreas das escolas, inclusive dentro das salas de aula e dos professores. A justificativa era a segurança de alunos e professores."

De fato, deputado Iolando, isso aconteceu e está acontecendo em alguns municípios. A Justiça começou, em 17 de julho de 2025, a derrubar essas iniciativas, pelo flagrante agravo e pelo flagrante ato de inconstitucionalidade dessas medidas. É por isto que nós estamos pedindo tempo para o debate: para aprofundar, para não votar mais uma vez na pressa, por algumas questões que já debatemos no Colégio de Líderes de ontem, e também para não sairmos daqui hoje com mais uma medida que será questionada nos tribunais e declarada inconstitucional.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, vou ser bem breve, mais uma

vez. Eu tenho liberdade de falar o que penso aqui. Fui eleito pela população do Distrito Federal, não fui votado por nenhum deputado. Quero dizer que eu também sou vigilante. Sou vigilante de carteirinha. Exerci por muitos anos esse trabalho e sei quão árdua a atividade é. Se for preciso sair daqui às 8 horas da manhã, também estarei aqui.

Peço ao senhor, por gentileza, que paute o projeto e que vote contrariamente ou a favor dele quem quiser. Eu vou votar "sim", a favor das câmeras.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Eu não vou fazer a consulta, porque vamos perder tempo. Nós já sabemos que a maioria dos líderes quer que se mantenha o que foi acordado no Colégio de Líderes. Portanto, não vou fazer mais uma consulta aos líderes, pois não vejo necessidade disso.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 944/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que "Institui o Sistema de Registro Atividades – SRA nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal", em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.211/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas e creches públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências".

Existem pareceres pendentes. Foram apresentadas 5 Emendas. A Comissão de Educação e Cultura, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverão se manifestar sobre os projetos e as emendas.

Conforme art. 189, § 1º, do Regimento Interno, consulto os líderes se a apresentação dos pareceres pendentes pode ser dispensada. (Pausa.)

Retificando a informação recente: são 6 emendas.

Solicito ao presidente da CEC, deputado Gabriel Magno, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, acabou de subir no sistema o substitutivo, que é a Emenda nº 6. Subiu às 16 horas e 12 minutos do dia de hoje. Agora são 16 horas e 32 minutos. Há 20 minutos, subiu um substitutivo.

O Regimento Interno da Câmara Legislativa, no § 1º do art. 160, diz que, não havendo parecer da comissão – obviamente não há, porque há 20 minutos subiu o substitutivo – que tiver de opinar sobre a matéria e o seu relator não se julgar habilitado a emití-lo na referida sessão, o presidente da Câmara Legislativa pode conceder, para isso, prazo até a sessão seguinte, comunicando o fato ao Plenário.

De acordo com esse dispositivo, eu queria pedir esse prazo – até a sessão seguinte – ou o prazo que consta em outro dispositivo do Regimento Interno, o art. 168, que diz que, se o parecer for apenas sobre emenda ou subemenda, que é o caso – foi apresentada uma emenda que é um substitutivo –, a comissão deve apreciar a matéria no prazo de 5 dias, se em regime de urgência, e no prazo de 10 dias, se em regime de tramitação ordinária.

Então, eu gostaria que vossa excelência concedesse esse prazo até a próxima sessão, que, inclusive, coincide com o prazo do art. 168, de 5 dias para o caso de tramitação em regime de

urgência – que não é o caso –, ou de 10 dias para aquelas matérias que estão em tramitação ordinária, tendo em vista que o substitutivo precisa de parecer. Faz 20 minutos que ele foi lançado no sistema, como pode ser verificado por qualquer pessoa que assiste a esta sessão, já que o PLe também é um sistema público.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, solicito a vossa excelência que indefira o pedido do colega, tendo em vista que a alteração na Emenda nº 6 trata de um substitutivo que apenas fez a supressão de um inciso que foi, inclusive, uma das demandas da oposição. O artigo elencado pelo colega, no seu requerimento, diz que “esta presidência poderá acatar o pedido de vista”.

Portanto, solicito que vossa excelência denegue.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – É o art. 160, não é?

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Ou, pior, retire a emenda e volte ao texto original. Nesse caso, não há vista.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – De acordo com o § 1º do art. 160 do Regimento Interno, não havendo parecer da comissão que tiver de opinar sobre a matéria e se o relator não se julgar habilitado a emitir-lo na referida sessão, o presidente da Câmara Legislativa pode conceder, para isso, prazo até a sessão seguinte, comunicando o fato ao Plenário. No caso, o deputado Gabriel Magno, que é o relator, está com a razão.

Para ficar entendido, o presidente poderá – ou seja, eu posso – acatar ou não o pedido do relator. Esperem só um minuto, vamos com calma.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – É o presidente da comissão que decide. Por favor, é o presidente da comissão que decide se vai avocar a relatoria para si ou se vai repassá-la a outro.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD.) – A presidente da Comissão de Saúde não está presente. Eu sou o vice-presidente e avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Não é parecer da Comissão de Saúde, mas da Comissão de Educação e Cultura.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Desculpe-me.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, solicito o uso da palavra para questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para questão de ordem.) – Há um equívoco enorme sendo cometido aqui, presidente. O § 1º que vossa excelência leu está vinculado ao *caput* do art. 160 do Regimento Interno, que dispõe: “Aprovado o requerimento de urgência, a matéria pode ser incluída na ordem do dia da sessão em curso”. Esse não é o caso. Este projeto já estava na ordem do dia. Não foi aprovado o pedido de urgência, e o projeto não foi incluído hoje na ordem do dia. Então, o § 1º, que obviamente está vinculado ao *caput*, não se aplica ao caso sob análise, presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra para questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para questão de ordem.) – Presidente, só para contraditar o argumento dado, nós estamos falando de um projeto que, como bem foi dito aqui, não está em regime de urgência. Portanto, trata-se de um projeto cujo pedido de vista, em tempos normais e em temperatura normal, seria legítimo no âmbito de qualquer comissão. O ideal e correto seria que este projeto só voltasse à ordem do dia na próxima semana, porque não está em regime de urgência. O correto seria que ele não fosse votado hoje, porque um parlamentar pediu vista de um projeto em uma comissão. Assim como qualquer parlamentar, mesmo os que não são relatores, poderia fazê-lo. Eu e o deputado Chico Vigilante, por exemplo, poderíamos pedir vista deste projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Nesse caso, teria que haver uma análise sobre o prazo dessa vista, que pode se estender até a sessão seguinte.

Eu acho que há um problema real em um projeto que não está nesse contexto, em regime de urgência, ser votado aqui, independentemente de haver emenda ou não. Existe um impasse regimental a partir do momento em que não se construíram todas as condições para que o projeto fosse votado. Eu concordo com a questão de ordem do deputado Gabriel Magno e acho que ela é legítima, assim como, nesse caso, a decisão de vossa excelência. Já houve muitas decisões contrárias às minhas questões de ordem nesta casa. Mas nós temos que observar o Regimento Interno da Câmara Legislativa, porque ele serve justamente para proteger as minorias parlamentares. Hoje somos nós, mas amanhã pode ser um dos parlamentares que estão aqui que queira utilizar esses instrumentos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente deputado Ricardo Vale, primeiramente, todos os deputados sabem – e, se não sabem, deveriam saber – que um projeto, para entrar na ordem do dia, tem que passar pelas comissões. Para que ele não passe pelas comissões e entre na ordem do dia, tem que haver um acordo formal de todas as lideranças. Sempre é assim.

O projeto não passou pelas comissões e precisa ser apreciado por elas. Portanto, o deputado Gabriel Magno está com toda a razão quanto ao Regimento Interno. É bom que os deputados leiam o Regimento Interno e, se houver algum ponto com o qual não concordem, tragam-no ao Plenário para que seja alterado.

Esta não pode ser a casa em que damos passa-moleque nos outros.

Portanto, sugiro a vossa excelência que cumpra o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e acate a sugestão dada em forma de questão de ordem pelo presidente da Comissão de Educação, deputado Gabriel Magno.

Deputado Ricardo Vale, vossa excelência só tem 1 saída: cumprir o Regimento Interno. Se vossa excelência não o cumprir, isso vai virar bagunça e vai ficar meio feio.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, como já foi dito pelo deputado Fábio Félix e pelo deputado Chico Vigilante, insisto que vossa excelência, como presidente desta sessão ordinária, na ausência do presidente deputado Wellington Luiz, opine sobre a questão de ordem feita por mim, relator do referente projeto de lei na Comissão de Educação e Cultura, já que avoquei a relatoria. Pedi para emitir parecer sobre o projeto e as emendas substitutivas na próxima sessão.

Inclusive, preciso dialogar com o deputado Robério Negreiros. Já que se trata de tramitação conjunta, o parecer também se dará sobre o conjunto das emendas. Foram apresentadas várias emendas e não só essa.

Reitero o pedido para trazer o parecer pronto, com o debate feito, na próxima sessão

ordinária desta casa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Eu queria que os colegas prestassem atenção aos dispositivos regimentais que vou mencionar. Às vezes, parece que o tom de voz vale mais do que o que está escrito. Parece que o tom de voz impositivo que se faz é vinculante. Não é. Vinculante é o texto do Regimento Interno.

Já vimos que o art. 160, parágrafo único, não é aplicável.

Pois bem. Disseram que a proposição não poderia estar na ordem do dia. Isso também não é verdade. De acordo com o art. 176, inciso V, do Regimento Interno, a proposição está em condições de ser incluída na ordem do dia do Plenário quando houver decisão do Colégio de Líderes. É absolutamente este o caso. O Colégio de Líderes incluiu a proposição na ordem do dia. Então, a proposição pode estar na ordem do dia.

Nesse caso, o que vale para a tramitação no plenário é o que diz o art. 190 do Regimento Interno. Estou lendo os dispositivos regimentais.

“Art. 190. Não configurado o caso de dispensa dos pareceres, o Presidente pode convocar os presidentes das comissões cujos pareceres estão pendentes para que, em apreciação preliminar, designem relator em plenário, observado o seguinte:”

Em seguida, o art. 190 diz o que vai acontecer.

Esse é o artigo do Regimento Interno que se aplica ao que vai ser votado daqui a pouco. Não é verdade que o Regimento Interno está sendo violado. Pelo contrário: se esse projeto não for votado hoje, o Regimento Interno será violado. A única maneira que temos para preservar o cumprimento do Regimento Interno é a votação desse projeto. Fora isso, é só manobra antirregimental por parte da oposição, para que o projeto não seja votado.

Presidente, o projeto está na Comissão de Educação desde o dia 7 de março de 2024. O prazo está vencido. Por isso, houve acordo no Colégio de Líderes para que ele viesse ao plenário. O art. 176, inciso V, é o que permite que isso aconteça.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, acho que o deputado Thiago Manzoni falou tudo que eu pensava em falar, mas vou repetir.

Eu fico um pouco assustado com a manobra que a esquerda está tentando fazer, porque ela desfazendo o que já fez. Os senhores não estão cumprindo, avocando o Regimento Interno. Tudo o que estamos fazendo aqui foi votado no Colégio de Líderes. Portanto, é mais do que regimental o que estamos fazendo.

Se a votação não for feita nesta tarde – chamo a atenção de vossa excelência, presidente deputado Ricardo Vale –, vossa excelência descumprirá o Regimento Interno. A votação feita ontem no Colégio de Líderes suplantou a questão do Regimento Interno. Portanto, a matéria está apta a ser votada em plenário.

Se o deputado Gabriel Magno não quiser produzir o parecer, peço a vossa excelência que encaminhe o projeto a mim, como membro titular da Comissão de Educação e Cultura, para que eu profira o parecer em plenário.

Muito obrigado.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, vou abordar uma questão prática. Em primeiro lugar, todas as questões elencadas pela oposição com relação ao nosso projeto de videomonitoramento nas escolas cabem também ao projeto do Poder Executivo e ao da Defensoria. Se o nosso projeto não for votado, faremos a mesma coisa com o projeto da Defensoria. Isso é fato. Nós não vamos votá-lo.

Outra questão é que esse projeto está há mais de 90 dias na comissão. Isso mostra a ineficiência da presidência da Comissão de Educação e Cultura. O presidente chega ao plenário e começa a alegar questões regimentais. Porém, ele não enfrentou o projeto na comissão. Esse é o segundo ponto. Como terceiro ponto, solicito – e registro o encaminhamento – que a presidência convoque uma sessão extraordinária. Peço que votemos nessa sessão extraordinária os 2 projetos e façamos, deputado Thiago Manzoni, a votação da urgência, com a qual suprimiremos qualquer tipo de argumentação. Então, registro esse encaminhamento.

Presidente e deputado Hermeto, é importante salientar que os prazos estão esgotados nas comissões. A alegação dele de pedido de vista está dentro do capítulo que dispõe como se procede na comissão. O art. 190 trata dos procedimentos no plenário e nele não há previsão de pedido de vista. Nós temos que seguir o fluxo.

O relator ou o presidente da comissão que se negar a emitir parecer pode ser substituído por outro relator, designado por esta presidência para fazer a relatoria.

Exatamente como o deputado Robério Negreiros falou, todas essas questões dizem respeito à soberania do Plenário. O Plenário é soberano.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu só queria dizer a vossa excelência que eu tenho muitas críticas ao Regimento da Câmara Legislativa no que diz respeito ao seu presidencialismo. O presidente acumula muitos poderes, essa é a realidade. Eu mesmo já fui diversas vezes, digamos assim, vítima desse processo, tanto quando o presidente era o deputado Rafael Prudente quanto agora, na presidência do deputado Wellington Luiz.

A decisão também é de vossa excelência. Eu sei que há pressão de todos os lados, mas vossa excelência, hoje, é o presidente em exercício da Câmara Legislativa. Se houvesse outro presidente aqui, a decisão seguiria um caminho. Hoje, vossa excelência é o presidente em exercício da Câmara Legislativa. Vossa excelência não estará rasgando o Regimento, de forma alguma, por tomar, a partir da sua interpretação, uma decisão sobre os rumos do que pode acontecer aqui.

É óbvio que isso tem dimensão política, tem consequências. Nós temos conversas, mas este é um dos raros momentos em que vossa excelência está no exercício da presidência da Câmara Legislativa. Se fosse outro contexto, nós já teríamos votado esse projeto há muito tempo.

Então, isso é democrático. Vossa excelência está ouvindo alguém em quem confia, uma das pessoas mais respeitadas no tocante ao Regimento Interno da Câmara Legislativa, que é o Willemann. Todos o respeitam, da direita à esquerda. Vossa excelência tem autonomia para tomar a decisão que julgar necessária e será respeitado como vice-presidente desta casa – eleito por unanimidade –, neste momento, presidente em exercício.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Fábio Félix, estou muito tranquilo e, de forma democrática, estou ouvindo os deputados. Já decidirei o que vou fazer. Só estou ouvindo a assessoria da casa, para que tomemos a decisão mais coerente possível. Eu não quero, como presidente em exercício, tomar uma decisão na força. Estou ouvindo as assessorias, tanto a de plenário quanto a nossa, para ver qual é o melhor caminho. Vou tomar a decisão em breve.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu só quero, mais uma vez, agradecer-lhe a maneira como vossa excelência está dirigindo esta sessão, como presidente em exercício.

Seguramente, se não fosse vossa excelência, como disse o deputado Fábio Félix, já teríamos votado a matéria, porque, regimentalmente, o presidente já teria designado relator. Tudo o que foi pedido pelo deputado Gabriel Magno não tem fundamento, é antirregimental, em razão do que votamos ontem no Colégio de Líderes.

Quero que vossa excelência se atenha a isso, independentemente da sua decisão, porque decisão contrária é antirregimental e comporta todas as medidas judiciais possíveis.

Eu quero dizer algo a vossa excelência: na verdade, o que há é pressão política e jurídica dos 2 lados. Isso vai cansar o plenário, daqui a pouco cairá o quórum e não votaremos nada.

Eu conclamo a esquerda a votarmos as 2 pautas, pois há quórum. Nós votamos a pauta do videomonitoramento, a esquerda faz o papel dela, faz o discurso, faz os cortes necessários. Nós nos portaremos calados e votaremos a matéria. Ganhamos ou perdemos no voto. Isso é democrático. Isso é o parlamento. Logo em seguida, nós votamos o projeto da Defensoria Pública, presidente.

Peço a vossa excelência que, por favor, tenha esse entendimento.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Após consultar a assessoria e conversar com vários deputados, indefiro o pedido do deputado Gabriel Magno.

Designo o deputado Gabriel Magno como relator pela CEC.

Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei nº 944/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que “Institui o Sistema de Registro Atividades – SRA nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.211/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que “dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas e creches públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Presidente, obrigado.

Boa tarde, mais uma vez, a todas as pessoas que nos acompanham.

Presidente, quero deixar registrado nas notas taquigráficas, antes de iniciar a leitura do parecer ao Projeto de Lei nº 944/2024, que “Institui o Sistema de Registro Atividades – SRA nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal”, para que aqueles que estão nos acompanhando na Câmara Legislativa tomem conhecimento, que ontem nós subimos no sistema um parecer feito a partir de um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara Legislativa.

Quero destacar, de antemão, o brilhante trabalho dos consultores legislativos da USE, servidores desta casa, que, após fazerem um estudo sobre o mérito da matéria, apontam diversos problemas de ordem meritória do projeto e o analisam do ponto de vista da legalidade – esta, obviamente, matéria da CCJ.

Como já dissemos aqui anteriormente, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por exemplo, já decretou a inconstitucionalidade de projetos dessa natureza.

Não farei a leitura por extenso do parecer que nós subimos ontem, mas quero deixar registrado para as notas desta casa.

Quero também, antes de iniciar, deixar registrado o Ofício nº 26/2025, do dia 10 de outubro de 2025, encaminhado à presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com cópia aos excelentíssimos senhores deputados e senhoras deputadas distritais. Esse documento é assinado por

88 diretores de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, com um pedido. Eu vou ler a parte final: "Diante do exposto, solicitamos a essa casa legislativa a análise técnica, jurídica e de mérito da proposta, considerando sua relevância para o fortalecimento da segurança, da integridade física, moral e psíquica de toda a comunidade escolar do Distrito Federal. Reiteramos o nosso compromisso com a educação pública, a gestão democrática, o respeito aos direitos fundamentais, colocando-nos à disposição para diálogo e esclarecimento".

Eles pedem para que não seja votado o Projeto de Lei nº 944/2024 e apontam uma série de argumentos. Quero comentar alguns deles.

O primeiro, presidente, refere-se à violação flagrante de um direito e de um princípio fundamental da sala de aula que a Constituição regula da seguinte maneira, deputado Max Maciel: o direito de ensinar, garantido aos professores e professoras de todo o país; e o direito de aprender, garantido a todos os estudantes. O monitoramento e o registro de atividades dentro da sala de aula violam objetivamente esse princípio. Conforme os casos relatados na imprensa, os casos de conflitos relatados no Judiciário brasileiro e os casos relatados em uma vasta literatura, o monitoramento e a vigilância das salas de aula violam a liberdade de cátedra, direito garantido na Constituição.

Vou citar alguns exemplos, deputado Ricardo Vale. A escola é normatizada pela Constituição; pela LDB; pelos currículos nacionais, como a BNCC, a Base Nacional Curricular Comum, e, obviamente, por suas redes estaduais, municipais e distrital, que possuem currículos próprios. Esses currículos, juntamente com os regimentos, determinam o que deve ser ensinado e apresentado na sala de aula.

A sala de aula não é apenas o espaço do debate neutro – se é que isso existe – das disciplinas, como biologia, matemática, física – matéria de que sou professor concursado na Secretaria de Educação –, português, história, geografia, sociologia e artes, mas também é um espaço para profundas reflexões, que garantem a formação cidadã e preparam para o mundo do trabalho.

Isso exige, presidente, deputado Ricardo Vale, um debate profundo sobre a sociedade, os conflitos, os problemas e as mazelas sociais das desigualdades e das violências. É isso que professores e professoras fazem todos os dias, com legislações que foram avançando e expandindo esse direito, que tem sido várias vezes questionado nesta tribuna. Por exemplo, a Lei nº 10.639/2003, que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo nacional, já foi questionada tanto nesta tribuna quanto na Comissão de Educação e Cultura.

Deputado Roosevelt, a Comissão de Educação e Cultura tem realizado seu trabalho e levado esse debate adiante. Conforme pode ser conferido em atas e relatórios, essa comissão é uma das que mais trabalha nesta casa. Realiza reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e reuniões públicas e enfrenta esse debate de forma ativa.

Alguns parlamentares, inclusive parlamentares membros da comissão, tentaram negar o direito previsto na lei, no que se refere ao significado do ensino da história e cultura afro-brasileira. Tentaram, inclusive, criminalizar uma professora da rede pública do Distrito Federal por aplicar exatamente o que está na lei; por aplicar, em sala de aula, o material formativo dado pela própria Secretaria de Educação, em um curso de formação da Eape, a escola de formação dos profissionais da educação. Isso foi questionado aqui. Ainda bem que o sistema de justiça do Distrito Federal reconheceu a razão à professora.

O segundo elemento grave do registro e monitoramento de atividades por meio de vídeo e áudio – faço aqui um destaque para o áudio – é a violação do direito intelectual que os professores e professoras têm sobre suas aulas. Isso é garantido pela lei, pela jurisprudência e por um vasto conjunto de doutrina e legislação brasileira, que é a Lei da Propriedade Intelectual. O professor possui propriedade intelectual sobre a aula ministrada. A gravação, o monitoramento e o registro dessas atividades, em áudio e vídeo, violam esse direito de propriedade intelectual de professores e professoras nesta cidade.

Iniciei com esses 2 primeiros argumentos de mérito, porque são fundamentais, inclusive por embasarem a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que declarou a ilegalidade.

Quero agora abordar as questões de mérito da proposta e da dinâmica da Secretaria de Educação, presidente. A primeira pergunta que nós fazemos é: qual será o financiamento? A Secretaria de Educação não apresentou essa informação – nós a solicitamos, inclusive, formalmente – e o projeto tampouco explicita de onde sairão os recursos públicos para a instalação desse sistema em todas as escolas, salas de aula, salas dos professores e corredores. Quanto custará instalar um sistema dessa magnitude?

Por que questiono isso, deputado Ricardo Vale? Porque nós também estamos debatendo o orçamento nesta casa. A proposta apresentada pelo Poder Executivo para a Lei Orçamentária Anual do ano que vem não reajusta em 1 centavo o PDAF das escolas para 2026. O PDAF das escolas para 2025 é de R\$150 milhões.

Eu sou o relator e o projeto não está em regime de urgência. Eu gostaria de apreciar o meu relatório, deputado Hermeto. Aqui é o debate da nossa casa de leis.

Para o próximo ano, o governo manterá o valor, R\$150 milhões, ou seja, a opção é não reajustar o orçamento das escolas. Então, pergunto: isso será pago com qual recurso? Com o dinheiro do PDAF? Vai se sacrificar ainda mais o custeio, o financiamento e a manutenção das nossas escolas? Ou a Secretaria de Educação já possui uma previsão de orçamento total para isso? Se possui, por que não destinar esse recurso para aumentar o PDAF das escolas e garantir a autonomia financeira prevista no art. 2º da Lei de Gestão Democrática, permitindo que as escolas decidam, com mais recursos, aquilo que é melhor para cada comunidade e unidade escolar? Trata-se de uma inversão.

Ontem, vimos diversas direções de escolas pedindo ar-condicionado para as salas de aula, melhorias estruturais que garantam o conforto térmico, além de cobertura nas quadras – porque, nas escolas em que há quadra, mas sem cobertura, inviabilizam-se ações pedagógicas. Há, ainda, escolas que nem quadra possuem.

Também faltam parquinhos nas escolas de educação infantil, escolas classe, ensino fundamental, séries iniciais; laboratórios de informática, ciências, matemática, biologia, química e física; salas de leitura, bibliotecas e refeitórios.

Ontem, eu disse e repito, para deixar registrado no relatório, deputado Ricardo Vale: nesta semana, os professores e as escolas públicas estavam em recesso, pela comemoração do Dia do Professor, na segunda-feira e na terça-feira; voltaram hoje. Algumas escolas, no entanto, não retomaram as aulas. Sabe por quê? Porque não havia água. Essa, senhor presidente, é a prioridade orçamentária das nossas escolas ou do conjunto da estrutura, ainda muito deficitária, da nossa rede.

Faço outro alerta sobre o referido projeto de lei quanto à responsabilização desproporcional e, no nosso entendimento, ilegal, porque avança sobre normativas e responsabilidades das escolas que a legislação não prevê: a guarda dos áudios e vídeos que forem registrados no monitoramento.

A responsabilidade, caso haja pedido judicial, recai sobre o diretor? As escolas que não têm internet e as escolas que, como eu falei, têm problemas graves de estrutura vão ter condições? Está no projeto que elas deverão responder, porque passam a ser responsáveis pela manutenção do registro das atividades, caso as autoridades policiais ou judiciais peçam. Será o diretor da escola que responderá, perante a polícia e o sistema de justiça, caso a escola – sem internet, com problemas no computador, sem manutenção – não disponha do registro das atividades?

Na nossa opinião, isso também invade a competência desta casa e a competência da legislação que está sendo proposta.

Quero entrar também, presidente, no debate que, na semana passada, suscitou o pedido de votação em caráter de urgência por parte dos deputados, devido a um caso noticiado de abuso, de violência sexual contra uma estudante criança.

Eu não tenho nenhuma dúvida, deputado Ricardo Vale, de que esse é um assunto fundamental para a preservação da democracia, a garantia dos direitos previstos na Constituição, e a proteção de crianças e adolescentes, que a Constituição determina, inclusive, como prioridade absoluta do Estado brasileiro.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, no mundo todo e no Brasil, ainda é um grave problema. A escola tem um papel fundamental na proteção dessas crianças e adolescentes.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal proferiu uma decisão, a que alguns parlamentares, inclusive que assinam o projeto de lei em discussão, manifestaram serem contrários publicamente, nesta tribuna e na Comissão de Educação e Cultura desta casa, que tem enfrentado esses debates e esses temas. O Supremo Tribunal Federal determinou que toda escola pública ou privada neste país tem que garantir, no seu currículo, o tema da educação sexual, em todos os níveis, em todas as etapas, em todas as modalidades de ensino. É na escola onde, de fato, é preciso fazer o debate da educação sexual.

Presidente, trouxe alguns dados de um estudo elaborado pelo IPE-DF Codeplan, do Governo do Distrito Federal, intitulado Diagnóstico da violência sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal, que foi, inclusive, assinado pelo governador do Distrito Federal. Quero deixar registrado para que ele seja incorporado no registro do debate desta casa e no relatório desse projeto.

A maioria das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, no Distrito Federal, é do sexo feminino.

São dados assustadores, presidente: 22,6% dos casos dessas crianças violentadas têm entre 4 e 7 anos, deputado Max Maciel; 21,2% dessas vítimas têm entre 8 e 11 anos; 42,8% delas são negras.

Dos suspeitos, os abusadores violentos, 35,8% têm entre 25 e 40 anos. Em 60,4% das denúncias, o cenário da violência, o local do crime – deputado Fábio Félix, que acompanha muito de perto essa pauta – foi a casa onde reside a vítima, onde reside a criança, onde reside o adolescente. Em 60% dos casos, o local do crime é na casa. Em 58,4% dos casos, os suspeitos são o pai ou a mãe. Em 17,9%, a pessoa possui outro tipo de vínculo de parentesco com a criança ou com o adolescente, ou seja, é o tio, o avô, o irmão. Nós estamos falando de aproximadamente 80% dos casos, no Distrito Federal, de violência, de abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes cometidos dentro de casa por um parente.

Por isso que é na escola que esse debate precisa ser feito com muita seriedade. Não como alguns parlamentares querem fazer, jogando para a galera, dizendo que, se houver câmera, não vai haver mais violência e que isso é para proteger nossas crianças. Não é verdade, porque os mesmos parlamentares já declararam publicamente que são contra a inclusão de educação sexual para crianças e adolescentes no currículo.

Esta é a medida eficaz: a contratação de psicólogos e assistentes sociais, o que a lei obriga; é a garantia, presidente, de monitores em todas as turmas. Não é como os parlamentares sugeriram na reunião de ontem do Colégio de Líderes, que foi a colocação de um policial militar em cada sala de aula. Isso não resolve o problema da violência. Aliás, deputado Ricardo Vale, essa tese de que o combate à violência é só com a polícia já se mostrou equivocada.

Recentemente, no Distrito Federal, um caso foi noticiado – preservando-se a escola, obviamente – no Recanto das Emas. Deputado Max Maciel, haveria um atentado contra a escola, planejado por 2 estudantes, um de uma escola pública e um de uma escola militarizada. Adivinha qual foi a escola que conseguiu desarmar a tragédia? A escola civil. Os militares não deram conta de fazê-lo. É a professora, é a coordenadora pedagógica e é a equipe pedagógica da escola que – com um belíssimo trabalho que realiza todos os dias, mesmo sem condições, mesmo sem a estrutura necessária para fazer – mais têm conseguido desarmar os ataques e a violência contra as escolas e têm protegido as nossas crianças e adolescentes.

Por isso, deputado Ricardo Vale, em nome da gestão democrática, princípio constitucional da educação pública deste país e do Distrito Federal; pelo direito de ensinar; pelo direito de aprender; pelo papel social fundamental de proteção que a escola exerce; por sua autonomia; por mais financiamento para a educação pública; por aquilo que de fato interessa – condições estruturais, valorização profissional, nomeação de servidores e servidoras públicas, professores, porteiros, monitores, psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais –; pelo aumento das equipes pedagógicas nas coordenações pedagógicas, na supervisão pedagógica e administrativa; e pelo princípio do orçamento público vinculado ao interesse público, nós não podemos levar adiante, presidente, o referido projeto de lei. Portanto, em respeito aos professores e às professoras desta cidade.

Hoje, dia 15 de outubro, deputado Fábio Félix, deputado Chico Vigilante, eu esperei até este momento para ver se a secretária de Educação do Distrito Federal e o Governo do Distrito Federal iriam fazer alguma manifestação de valorização dessa que é a maior categoria de servidores públicos da cidade. Eles não fizeram. Há um silêncio absoluto. Eles não apresentaram cronograma das nomeações para as escolas. Eles não apresentaram, para as categorias de educação – magistério e PPGE –, uma proposta de reestruturação de carreiras. Não apresentaram uma proposta alternativa para o orçamento do ano que vem. Pelo contrário, o Fundo Constitucional vai crescer R\$3 bilhões e eles estão tirando, da parte da educação, R\$900 milhões, deputado Chico Vigilante.

No dia de hoje, no Dia do Professor – e da professora –, o que o Poder Executivo e, infelizmente, o Poder Legislativo vão fazer é aplicar um duro golpe contra um direito fundamental de professores e professoras. Trata-se de um ataque frontal à sua autonomia, à autonomia das escolas. Trata-se de rasgar a Lei da Gestão Democrática e de dizer para a sociedade que a educação no Distrito Federal não é prioridade. Eu lamento muito que esta casa tenha escolhido esta data para votar esse projeto de lei que desfere um duro golpe ao magistério público, mas também aos estudantes, às famílias e à comunidade escolar.

Quero, na parte final do voto, presidente, dizer que esse não é um debate de professores contra a comunidade escolar. Esse é um debate da necessária aliança e preservação da instituição escola, que é constituída por professores, funcionários, estudantes, responsáveis e familiares – de todas as famílias. O projeto de lei não protege as famílias. O projeto de lei não protege os professores. O projeto de lei parte de uma premissa equivocada de que a escola é um ambiente violento, de que os atores e atrizes que ali estão são os que produzem a violência. O projeto parte de uma premissa atrasada. A escola deveria ser a instituição que faz exatamente o contrário: garantir a liberdade, garantir a cidadania, estimular em cada estudante – criança, adolescente, jovem e adulto – o livre e pleno exercício da cidadania, como previsto e garantido no texto constitucional. Nós estamos invertendo a premissa fundamental do direito à educação, um direito tão importante, conquistado com muita luta na democratização deste país.

Por isso, presidente, o meu voto, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, é pela rejeição, no mérito, do Projeto de Lei nº 944/2024 e de todas as emendas apresentadas.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator da Comissão de Assuntos Sociais, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 944/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que “Institui o Sistema de Registro Atividades – SRA nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.211/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que “dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas e creches públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Considerando que a proposição observa as exigências formais e materiais, no âmbito desta comissão, somos favoráveis à aprovação dos Projetos de Lei nºs 944/2024 e 1.211/2024, na forma da Emenda nº 6, substitutiva, rejeitando as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

É o parecer, presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, peço a vossa excelência que faça a verificação de quórum.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, peço a vossa excelência que convide os deputados que estão nos gabinetes para comparecerem ao plenário. Alguns parlamentares saíram, não conseguiram ouvir... não o parecer, o discurso do deputado Gabriel Magno, para depois chegar ao parecer. Eles acabaram saindo do plenário.

Peço que vossa excelência os convide para retornarem ao plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, esse painel parece viciado, porque não há 17 deputados em plenário. Não há 17 deputados agora. Eu contei.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 944/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que "Institui o Sistema de Registro Atividades – SRA nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal", em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.211/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas e creches públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências".

Presidente, o parecer é pela admissibilidade dos projetos, acatando a Emenda nº 6 e rejeitando as demais emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Designo o deputado Iolando.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator, deputado Iolando, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 944/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que "Institui o Sistema de Registro Atividades – SRA nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal", em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.211/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas e creches públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências".

Presidente, em relação aos Projetos de Lei nºs 944/2024 e 1.211/2024, a Comissão de Constituição e Justiça é favorável à admissibilidade dos projetos na forma do substitutivo, Emenda nº 6, e pela inelegibilidade das Emendas nºs 1 a 5.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Iolando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, de acordo com o art. 172 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal – creio que a assessoria já passou esse assunto a vossa excelência –, eu estou pedindo vista do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, sendo que essa vista poderá ser de até 5 dias. Portanto, estou pedindo que seja cumprido o Regimento Interno e que me seja concedida vista.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Eu vou consultar a assessoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – É o Regimento Interno, presidente. O pessoal não lê o Regimento Interno, aí fica difícil!

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, isso vale no plenário. O parecer foi da comissão, não foi de plenário. Pode verificar que, retroativamente, há várias decisões já concedidas nesse sentido.

Não é questão de entrar ou de não entrar. Tem que cumprir o Regimento Interno.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – É porque o projeto não está em regime de urgência, presidente.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, solicito a vossa excelência que indefira a solicitação do nobre deputado Chico Vigilante, tendo em vista que o pedido dele está respaldado no Capítulo IX do Regimento Interno, que diz “Da tramitação nas comissões”. Os artigos 164 ao 175 dizem respeito ao ambiente das comissões, sejam elas permanentes, sejam elas temáticas etc. Aqui, estamos falando de Plenário. A partir do Capítulo X vem: “Da inclusão na ordem do dia do Plenário”. Nessa parte, o Regimento Interno começa a discorrer como são os procedimentos no âmbito do Plenário. Dessa forma, solicito a vossa excelência que indefira o requerimento, com base nas argumentações que coloquei a vossa excelência nesse momento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, apenas para corroborar e fundamentar um pouco mais o que expôs o deputado Roosevelt, o art. 190 do novo Regimento Interno inaugura um novo paradigma regimental, que é a apreciação preliminar. Então, o art. 190 – vou repetir o que já falei antes – é o que se aplica ao caso sob análise.

A reunião das comissões, como bem colocou o deputado Roosevelt, é outra coisa. Quando nos reunimos nas comissões, aplica-se aquele capítulo. Aqui é outro capítulo que se aplica, em especial a Seção III, “Da apreciação preliminar”, art. 190, que inaugura um novo tempo e um novo instituto no nosso Regimento Interno. Esse é o instituto aplicável a esse tipo de apreciação em que as comissões apreciam o processo no plenário.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, no Judiciário – e eu não sou juiz –, existe uma coisa que se chama jurisprudência. Quando é praticado um ato, ele vira jurisprudência. Portanto, enquanto não alterarem decisões já tomadas por esta Mesa Diretora em projetos anteriores, está valendo o que coloquei para vossa excelência. Não tem como fugir disso! Vale o que está escrito, dentro da interpretação que já foi concedida outras vezes. O Marcelinho, que é assessor da mesa, sabe disso. Se quiser, presidente, busque as decisões anteriores tomadas nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Não, era este Regimento Interno. Aliás, eu trabalhei neste Regimento Interno, junto com o Willemann, para aprová-lo. Eu sei ele de cor e salteado.

Presidente, não dá para aceitar o atropelamento do que está colocado no Regimento Interno. (Pausa.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, indago a vossa excelência se aos projetos de lei que estão sendo apreciados em plenário, pelas comissões, aplica-se o art. 190, no que concerne ao pedido de vista.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Vou estudar a matéria e, daqui a pouco, responderei a vossa excelência. (Pausa.)

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, falo pela liderança do governo.

O deputado Thiago Manzoni e o deputado Roosevelt vão se ausentar.

Eu vou ficar para votar o projeto da Defensoria, mas não vou obrigar nenhum deputado a ficar aqui. Não vou tirar a razão dos deputados, porque o projeto é de autoria de suas excelências. Como membro da base do governo, ficarei aqui para votar o projeto da Defensoria. Por ética, não obrigo nem peço aos deputados que fiquem.

Vossas excelências estão aqui, o projeto é de autoria de vossas excelências, e foi acordado, no Colégio de Líderes, que o projeto seria votado primeiro. Eu vou ficar para votar o projeto da Defensoria. Os deputados que quiserem podem ir tranquilamente.

Ok, presidente, acata a questão de ordem?

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Acato.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Retire o projeto de pauta e vamos votar o projeto da Defensoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, nós, os 3 deputados do Partido dos Trabalhadores – eu, vossa excelência e o deputado Gabriel Magno –, estamos prontos e permaneceremos em plenário para votar o projeto da Defensoria. Estamos aqui e vamos votá-lo.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, então vamos fazer a verificação de presença.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, nós – eu e o deputado Max Maciel – do PSOL também permaneceremos em plenário à disposição. Ficaremos por toda a discussão, para a deliberação de vossa excelência sobre os temas e, também, para o debate do projeto da Defensoria, para que não seja prejudicada uma instituição tão importante para o Distrito Federal e para que ela tenha condições de prorrogar seu concurso.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, é lamentável o que vivemos mais uma vez nesta tarde no plenário da Câmara Legislativa. Dessa forma, não me resta alternativa a não ser, como líder do PL, colocar o nosso partido, que é composto por 3 deputados, em obstrução.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, eu ficarei aqui até 10 horas da manhã para votar o projeto da Defensoria Pública, à qual o Distrito Federal – especialmente São Sebastião – agradece. Nós vamos votar o projeto da Defensoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, minha posição era votar primeiro esse projeto. Porém, como houve uma questão técnica, eu vou permanecer por conta das pessoas presentes. Ontem saí daqui com o coração sangrando em razão dessas vagas. Há 5 defensores públicos aprovados. (Palmas.)

Eu, como servidor público de 2 carreiras, fico imaginando como estão essas pessoas, a ansiedade delas para serem chamadas. Ao conversar com o Celestino, fui informado de que essa situação vai possibilitar a convocação de outros defensores também. Caso isso não aconteça, eles vão perder esse concurso público. Lá em casa, eu tenho 8 filhos que também são da área do direito – 5 estão fazendo concurso, passando e aguardando a nomeação. Então, como a questão foi técnica, com esse pedido de vista, eu fico.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, vou fazer apenas uma solicitação. Meu partido já está em obstrução. Queria solicitar que vossa excelência deferisse a vista ou a indeferisse, porque, se adiarmos sua decisão para a próxima terça-feira, haverá outro pedido de vista na terça-feira.

Então, peço que vossa excelência decida a questão de ordem que apresentei e defira a vista requerida pelo deputado Chico Vigilante, para que na terça-feira possamos apreciar a matéria que estava em votação.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Thiago Manzoni, eu não vou indeferi-lo porque é regimental o pedido do deputado Chico Vigilante. Eu faria o mesmo com qualquer outro parlamentar presente.

Então, a solicitação dele – o pedido de vista – eu vou acatar. Lembro que a vista é parcial.

Vou conceder os 5 dias. Conforme o Regimento Interno, a vista será concedida até a reunião seguinte para a matéria em tramitação ordinária, com retorno automático à pauta da próxima reunião ordinária, ou seja, o projeto volta à pauta na próxima terça-feira, está bom? Essa é a decisão.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Senhores, quero falar com os deputados da base do governo que realmente estão presentes no plenário. Alguns já saíram. Tivemos a infelicidade de alguns saírem, mas acho que isso é uma demonstração de fraqueza da nossa parte, da base do governo. Isso é verdade. Há um projeto de suma importância. Poderia estar na pauta qualquer outro projeto, mas estava este projeto proposto pelo deputado Thiago Manzoni e pelo deputado Roosevelt.

Trata-se de uma demonstração de fraqueza da nossa parte. Chamo a atenção de todos que estão aqui no plenário. Por quê? Porque a esquerda, de fato, costuma fazer esse tipo de manobra. Eles têm essa estratégia. Eles vencem pelo cansaço. A direita realmente tem demonstrado essa inflexibilidade em compreender isso, acabando por se render diante desse processo.

Presidente, eu quero dizer que estarei aqui, mesmo que seja votado. Estou de acordo. Eu já falei com o doutor Celestino e com a equipe da Defensoria Pública que nós votaremos esse projeto. Se for preciso ficar aqui até as 5 horas da manhã, eu estarei presente. Não tenho mais reuniões marcadas. Não sei se os demais deputados marcaram reuniões para esta noite, mas considero uma questão de honra para esta casa e ainda mais para a base do governo, que foi convocada para estar presente para votarmos um projeto de suma importância como esse, que trata da instalação de câmeras de monitoramento em todo o Distrito Federal.

Eu acredito que este seja um momento de despertar para a base do governo. Este projeto pode parecer insignificante para muitos, mas representa a importância da causa e da nossa união, neste momento, em plenário, para a sua votação.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado.

Como o PL entrou em obstrução, solicito verificação de quórum.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Estão presentes 13 deputados.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, quero deixar algumas palavras registradas nos anais desta casa.

A esquerda faz uso das manobras legais da casa.

Presidente, eu gostaria de chamar a atenção de vossa excelência para o que eu quero falar.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Estou ouvindo vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Estamos diante de uma situação à qual Brasília está assistindo. É bom que o defensor público-geral, doutor Celestino, esteja aqui.

Tudo começou com o voto do relator na Comissão de Educação e Cultura. Ele não apresentou um voto, ele fez um discurso exaustivo, que cansou toda a Câmara Legislativa. A estratégia dele pode ser considerada correta, mas está evidente o que está sendo feito. Eu, inclusive, ouvi palavras – não citarei nomes – que dizem que eles venceriam pelo cansaço.

Está certo o que disse o deputado Iolando, mas quero deixar clara a minha posição. Nesta casa, ninguém me pegará em contradição. Honro a palavra que dei à deputada Paula Belmonte. Referendei-a ontem e hoje. Assinei, está assinado. Eu fiz um acordo com o deputado Thiago Manzoni e com o deputado Roosevelt. Tenho um projeto semelhante, mas ele não está vinculado a este aqui. Digo isso por respeito à minha palavra – lamentando o que está acontecendo –, porque, a partir de agora, isso ocorrerá outras vezes, naturalmente. Não estou questionando os pedidos de vista nem a legalidade, de forma alguma. Discordo do uso do regimento como está sendo feito. Está se falando do regimento anterior. O regimento atual é diferente. Estamos tratando de comissão. Nós estamos em plenário, mas já foi aceito por vossa excelência.

Quero dizer que estou me ausentando do plenário. Estou com o coração partido. O doutor Celestino sabe disso. O governo sabe disso. Não votarei, porque não concordo com nenhuma das manobras que foram feitas aqui. Peço desculpas ao doutor Celestino. Ele sabe que nunca faltou o meu apoio à Defensoria, mas, em respeito ao acordo de palavra com o deputado Thiago Manzoni e o deputado Roosevelt, eu me ausento do plenário.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Deputado Pastor Daniel de Castro, o secretário da Casa Civil solicita encarecidamente à base do governo que permaneça e vote o projeto da Defensoria. Ele pede encarecidamente que votemos este projeto rapidamente.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Tudo bem. Cada deputado aqui é dono de si e sabe...

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Hermeto, a saída do deputado Pastor Daniel de Castro e do PL mantém o quórum.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Então vamos votar, vamos votar, vamos votar direto, sem mimimi.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pela ordem aqui. Deputado Fábio Félix? Não. Deputado Gabriel Magno, não.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Vamos votar o projeto da Defensoria!

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.971/2025, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "Altera a Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal e dá outras providências".

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Aproveito para pedir à nossa base que ninguém discuta o projeto, que sigamos direto ao voto para resolvermos essa questão logo.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Só lembro que, como os deputados que se ausentaram e saíram do plenário não registraram a obstrução, eles ficarão como ausentes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Eles vão ter o salário descontado. (Risos.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Acho que não.

O deputado Roosevelt pediu para registrar a obstrução, então peço...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Mas se ele pediu, ele tinha que registrar a presença. Ele tinha que registrar a presença para entrar em obstrução.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, o deputado Thiago Manzoni estava falando aqui que está aguardando aparecer ali a obstrução dele. Tanto o deputado Thiago Manzoni como o deputado Pastor Daniel de Castro pediram, sim, informaram, sim, que estavam em obstrução.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Mas eles não registraram a presença. Sem registrar a presença, não há como obstruir. Entendeu?

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Bom, se é a regra... Entendi. O deputado Pastor Daniel de Castro está aqui. Cadê o deputado Thiago Manzoni? Ele está também?

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Na verdade, deputado João Cardoso, eu acho que vossa excelência tem razão, porque eles pediram obstrução e logo em seguida eu pedi a recomposição do quórum. Então, procede. Eu solicito que se registre a obstrução dos 2 deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Não, mas eles pediram obstrução e, quando eles pediram, eles tinham a presença. Depois disso é que eu pedi a recomposição do quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Ah, o painel! Eu peço que fique registrado que estão em obstrução. Solicito que fique registrado o pedido de obstrução, porque eles a pediram.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Não, não vou mais pedir recomposição do quórum, não, vamos em frente.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.971/2025, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "Altera a Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação.

Viva a Defensoria Pública do Distrito Federal!

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.971/2025, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "Altera a Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal e dá outras providências".

Presidente, o projeto de lei propõe a alteração da Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, com o objetivo de ampliar o número de cargos da Defensoria Pública, mediante a criação de 5 novos cargos de defensor público de classe inicial.

A proposta está acompanhada da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, e observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, razão pela qual manifesto o voto pela admissibilidade da proposição.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 1.971/2025, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Altera a Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal e dá outras providências”.

Compete à Comissão de Constituição e Justiça analisar a regimentalidade e a constitucionalidade do projeto. Portanto, o parecer da CCJ é pela regimentalidade e constitucionalidade. O projeto é constitucional e merece tramitar.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 13 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foram aprovados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.971/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 13 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão ordinária, para apreciação do:

– Projeto de Lei nº 1.971/2025, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Altera a Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal e dá outras providências”.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Eape – Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
GDF – Governo do Distrito Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPE-DF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
Iprev – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PLC – Projeto de Lei Complementar
PLe – Processo Legislativo Eletrônico
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional
RICLDF – Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Sindate – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem
Sinpro-DF – Sindicato dos Professores no Distrito Federal
USE – Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Direitos Humanos

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 20/10/2025, às 18:08, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2376700 Código CRC: C325AF57.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00043388/2025-71

2376700v6

Ata Circunstanciada da 91ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
91ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE OUTUBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 15H06

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Em virtude da não publicação prévia da ordem do dia para a data de hoje, a sessão ordinária se converte em sessão de debates, conforme art. 114, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Não há expediente. Não há parlamentares em plenário para iniciar comunicados de líderes e parlamentares.

Eu gostaria de fazer uma observação. Hoje tivemos uma importante vitória para a cultura do Distrito Federal. O Ministério da Cultura, o governo federal, aprovou os projetos para a construção de 3 CEUs da Cultura, que são espaços públicos e instrumentos culturais importantes para o Distrito Federal: 1 em São Sebastião, 1 no Varjão e 1 no Paranoá. Essa conquista foi fruto de intensa mobilização do setor cultural.

É importante destacar que a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, do Governo do Distrito Federal, havia perdido os prazos para apresentação dos projetos na primeira e na segunda chamadas.

No entanto, houve a reação do movimento cultural e desta casa por meio da Comissão de Educação e Cultura, e essa pressão funcionou para que o GDF fizesse a inscrição dos projetos. Agora, acertadamente, como a pressão social demonstrou, o governo federal aprovou os projetos, que entraram na programação do novo PAC do governo Lula. Portanto, o Distrito Federal receberá esses importantes instrumentos públicos da política cultural. Serão 3 novos CEUs – São Sebastião, Varjão e Paranoá.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Siglas com ocorrência neste evento:

GDF – Governo do Distrito Federal
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419**, Chefe do **Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 20/10/2025, às 18:09, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2379047** Código CRC: **A93C3897**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00043579/2025-33

2379047v3

Ata Circunstanciada da 25ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 18H02

TÉRMINO ÀS 18H06

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Está aberta a sessão.

Convido o deputado Hermeto a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.971/2025, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Altera a Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal e dá outras providências”.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.971/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Votação encerrada.

Houve 13 votos favoráveis e 11 ausências.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – O deputado está solicitando que seja apreciado um projeto de decreto legislativo, mas, infelizmente, não há mais quórum.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o encaminhamento desse projeto ainda hoje para a Casa Civil, pois o secretário está aguardando para sancioná-lo imediatamente.

A Defensoria Pública está de parabéns, assim como o nosso secretário Gustavo Rocha e o nosso governador Ibaneis.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Nos termos do art. 114, § 2º, do Regimento Interno, esta presidência informa que não haverá designação de ordem do dia para a sessão ordinária do dia 16 de outubro de 2025. Conforme dispõe o referido dispositivo, a ausência de designação de ordem do dia implica a conversão dessas sessões em sessões de debates, destinadas exclusivamente à manifestação dos parlamentares sobre temas de interesse público, sem deliberação de proposições.

Boa noite a todos.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 20/10/2025, às 18:09, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: 2379028 Código CRC: 5B4D6EB6.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00043578/2025-99

2379028v5



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL